



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

KALID AHMAD YUSUF

**UM ENSAIO SOBRE A POBREZA NO BRASIL:
MÉTRICAS DE POBREZA SEGUNDO DADOS DA PNAD
CONTÍNUA**

KALID AHMAD YUSUF

**UM ENSAIO SOBRE A POBREZA NO BRASIL:
MÉTRICAS DE POBREZA SEGUNDO DADOS DA PNAD
CONTÍNUA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional da Universidade Estadual de Londrina, para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Caldarelli

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Y95 Yusuf, Kalid Ahmad.
Um ensaio sobre a pobreza no Brasil: métricas de pobreza segundo dados da PNAD contínua / Kalid Ahmad Yusuf. - Londrina, 2020.
65 f.

Orientador: Carlos Eduardo Caldarelli.
Dissertação (Mestrado em Economia Regional) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Economia Regional, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Pobreza monetária - Tese. 2. Pobreza multidimensional - Tese. 3. Desenvolvimento regional - Tese. I. Caldarelli, Carlos Eduardo . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Economia Regional. III. Título.

CDU 33

KALID AHMAD YUSUF

**UM ENSAIO SOBRE A POBREZA NO BRASIL:
MÉTRICAS DE POBREZA SEGUNDO DADOS DA PNAD CONTÍNUA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional da Universidade Estadual de Londrina, para a obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Caldarelli
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Aricieri Devidé Júnior
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof.^a Dr.^a Nicole Rennó Castro
Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ

Londrina, 10 de março de 2020.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma dissertação de mestrado é um processo longo e árduo. Neste sentido, algumas pessoas contribuíram de forma valiosa para que eu pudesse concluir mais esta etapa da minha vida.

Em primeiro lugar, expresso meus mais sinceros agradecimentos ao meu orientador, professor Dr. Carlos Eduardo Caldarelli, não apenas pelas preciosas horas disponibilizadas e pelas generosas contribuições feitas para este trabalho, como também por todo o incentivo e pelos valiosos ensinamentos ao longo desta jornada.

Agradeço à minha namorada Allana Ayumi Nogueira Tanahashi, por todo o incentivo dado durante o desenvolvimento desta dissertação. Sou grato pelos valiosos conselhos e por sempre estar presente me apoiando nos momentos mais difíceis.

Agradeço à todos os professores do programa de Pós Graduação em Economia Regional da Universidade Estadual de Londrina, por terem me proporcionado todo o conhecimento essencial para a minha formação pessoal e profissional.

Como aluno bolsista, agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual não teria sido capaz de me empenhar integralmente em meus estudos.

Por fim, e mais importante, expresso meu mais profundo agradecimento à minha mãe Solange Rodrigues de Almeida, por não ter medido esforços em garantir minha educação e me apoiar em todos os momentos da minha vida.

YUSUF, Kalid Ahmad. **Um ensaio sobre a pobreza no Brasil:** métricas de pobreza segundo dados da PNAD contínua. 2020. 65 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Economia Regional). Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

A pobreza é um fenômeno presente em todas as sociedades, desde as mais pobres e vulneráveis até as mais ricas e economicamente desenvolvidas. Desta forma, a análise e mensuração da pobreza tem se estabelecido como um campo de estudo tão amplo quanto antigo, e a importância de sua pesquisa tem se consolidado cada vez mais ao longo do tempo. Neste sentido, esta dissertação tem por objetivo geral avaliar a evolução da pobreza no Brasil, tanto no contexto urbano quanto no rural, e identificar as macrorregiões mais vulneráveis do país. Para tanto, fazendo uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua), este estudo pretende abraçar tal desafio analisando a pobreza a partir de dois artigos independentes, mas não estanques em sua análise. O primeiro artigo avalia a pobreza no Brasil em termos de insuficiência de renda, fazendo uso de uma linha de pobreza monetária de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (s.m) *per capita* para linha de pobreza, e de $\frac{1}{4}$ de s.m *per capita* para a linha de extrema pobreza, se qualificando como uma análise unidimensional. Já o segundo artigo, analisa a situação da pobreza no Brasil através de uma abordagem multidimensional, combinando a metodologia utilizada no primeiro ensaio com elementos que demonstram as necessidades básicas de bem-estar e qualidade de vida da população, como acesso à rede geral de distribuição de água, acesso ao serviço de coleta de lixo, entre outros elementos básicos essenciais à sobrevivência humana.

Palavras-chave: Pobreza monetária. Pobreza multidimensional. Desenvolvimento regional.

YUSUF, Kalid Ahmad. **An essay on poverty in Brazil:** poverty metrics according to PNAD contínua data. 2020. 65 p. Dissertation (Postgraduate, Master's degree in Economics). Centre for Applied Social Studies, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

Poverty is a phenomenon present in all societies, from the poorest and most vulnerable to the richest and most economically used. In this way, an analysis and measurement of poverty is established as a field of study as broad as it is ancient, and the importance of its research is consolidated more and more over time. In this sense, this dissertation has the general objective of evaluating the evolution of poverty in Brazil, both in the urban and in the rural context and to identify as the country's most vulnerable macro-regions. For that, making use of microdata by PNAD contínua, this study intends to embrace this challenge by analyzing poverty from two independent articles, but they are not limited in their analysis. The first article assesses poverty in Brazil in terms of income insufficiency, using a monetary poverty line of $\frac{1}{2}$ minimum wage per capita for the poverty line, and $\frac{1}{4}$ of the minimum wage per capita for the extreme poverty line, qualifying as a one-dimensional analysis. The second article, on the other hand, analyzes the situation of poverty in Brazil through a multidimensional approach, combining the methodology used in the first essay with elements that demonstrate the basic needs of well-being and quality of life of the population, such as access to the general distribution network water, access to the garbage collection service, among other basic elements essential to human survival.

Keywords: Monetary poverty. Multidimensional poverty. Regional development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Proporção de pobres na América Latina – em % – de 1995 a 2017.....	19
Figura 2 – Mapa da proporção de pobres na América Latina, em %, com linha de pobreza de US\$ 4 por dia PPP, 2018.....	22
Figura 3 – Distribuição geográfica do índice de Gini na América Latina, 2018	23
Figura 4 – Esquema da população conforme categorias de pobreza	49
Figura 5 – Proporção de indivíduos com acesso aos recursos básicos, em %, por situação censitária, Brasil, 2018	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Renda média domiciliar <i>per capita</i> no Brasil, em R\$ de setembro/outubro/novembro de 2018, e distribuição populacional conforme situação censitária do domicílio, em %, de 2012 a 2018.....	28
Tabela 2 – <i>Headcount Ratio</i> de pobreza e extrema pobreza para o Brasil, em %, de 2012 a 2018	29
Tabela 3 – Renda média domiciliar <i>per capita</i> por região do Brasil, em R\$ de setembro/outubro/novembro de 2018, de 2012 e 2018.....	30
Tabela 4 – <i>Headcount Ratio</i> de pobreza e extrema pobreza por região do Brasil, em %, 2012.....	31
Tabela 5 – <i>Headcount Ratio</i> de pobreza e extrema pobreza por região do Brasil, em %, 2018.....	32
Tabela 6 – Índice de Sen, índice de Watts – em anos –, e <i>per capita poverty gap</i> – em R\$ –, por região do Brasil, 2018	33
Tabela 7 – <i>Headcount Ratio</i> de pobreza e extrema pobreza por Estado do Brasil, em %, 2018.....	35
Tabela 8 – Proporção de pobres e não pobres por categoria de pobreza, em %, Brasil, de 2016 a 2018.....	50
Tabela 9 – Proporção de pobres e não pobres por categoria de pobreza, em %, por região do Brasil, de 2016 a 2018.....	52
Tabela 10 – Proporção da população que tem acesso a cada um dos recursos básicos, em %, por região do Brasil, 2018.....	53
Tabela 11 – Renda média domiciliar <i>per capita</i> e índice de Gini, por categoria de pobreza, em R\$ de setembro/outubro/novembro de 2018, Brasil, 2018	55
Tabela 12 – Proporção da população beneficiada pelo programa Bolsa Família, por categoria de pobreza, em %, Brasil, 2018	57
Tabela 13 – Proporção de pessoas com ≤ 17 anos beneficiadas pelo programa Bolsa Família e categorias de pobreza por estrato de idade, em %, Brasil, 2018.....	59

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO GERAL	11
2	ARTIGO A: POBREZA MONETÁRIA NO BRASIL URBANO E RURAL: UMA ANÁLISE VIA PNAD CONTÍNUA, DE 2012 A 2018	13
2.1	Resumo	13
2.2	Introdução	14
2.3	Pobreza: definição e operacionalização	16
2.4	Pobreza e desigualdade no Brasil e na América Latina.....	18
2.5	Metodologia	25
2.6	Resultados e discussões	27
2.7	Considerações finais	36
2.8	Referências	37
3	ARTIGO B: MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA POBREZA NO BRASIL	40
3.1	Resumo	40
3.2	Introdução	41
3.3	Evolução do estudo multidimensional da pobreza	43
3.4	Metodologia	46
3.5	Resultados e discussões	49
3.6	Eficácia dos programas sociais: Bolsa família	57
3.7	Considerações finais	60
3.8	Referências	61
4	CONCLUSÃO GERAL	64
5	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO GERAL

A América Latina apresenta-se como um espaço heterogêneo em diversos aspectos, em que o Brasil, historicamente, não se revela amalgamado ao contexto latino-americano. A começar pela língua, pode-se mencionar uma série de elementos que distanciam o país de seus pares latinos. Contudo, um elemento é marcante e une a região em uma característica comum, qual seja, a desigualdade.

A América Latina é uma das regiões mais desiguais do mundo, sendo que essa desigualdade se manifesta em diferentes contextos, em que se podem citar alguns como: de gênero, de raça ou etnia, de orientação sexual, de acesso à terra, de renda e de oportunidades, entre tantas outras formas (SCHWARCZ, 2019).

Nesse contexto, tendo-se as profundas desigualdades presentes nesses países, e no Brasil que não foge à regra, os esforços para que se compreendam as raízes, os elementos formadores, as consequências e as perspectivas para lidar com esse mal são de grande apreço à literatura do desenvolvimento econômico. Compreendendo a desigualdade, tal como visto por De Janvry (1981), como negação a dados direitos e integração à economia e sociedade, em que grupos são deixados à margem, essa literatura é de imprescindível relevância para que se pense em sociedades mais justas, igualitárias e humanas, tanto em termos de prospecção de informações acerca da questão como para medidas de intervenção e política.

As desigualdades se manifestam em diferentes formas e com contornos mais intensos em algumas regiões da América Latina e do Brasil, sendo a análise regional dessa questão elemento pivotal à discussão. Assim, esta dissertação examina as condições de pobreza tomando por base o Brasil e suas regiões, destacando o contraste entre o mundo urbano e rural.

A pobreza é um conceito com diferentes maneiras de abordagens e compreensão, conforme assevera Silva, Bandeira e Lopes (2011). Tanto na literatura quanto em políticas sociais é empregada uma ampla variedade de definições para o termo pobreza, fazendo com que este se constitua em uma categoria teórica com uma gama de significados, tornando sua definição um fenômeno complexo e de múltiplas dimensões.

De forma geral, pobreza é um estado que alude a algum tipo de privação pela qual passa um indivíduo em sua vida cotidiana, podendo ser de ordem material, social e até mesmo cultural. O conceito de pobreza pode ser de natureza absoluta – adotando

critérios como nível mínimo de renda e consumo –, relativa – considerando a distribuição de renda – ou mesmo subjetiva – inquirindo o indivíduo acerca de suas carências (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Esta dissertação tem por objetivo geral examinar a evolução da pobreza no Brasil e regiões, em contexto urbano e rural. Para tanto, microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD contínua – são utilizados. A forma de organização desta dissertação é constituída por dois artigos, em que o primeiro empreende esforço na mensuração da pobreza monetária, para o período de 2012 a 2018, e o segundo contrapõe os resultados do primeiro ensaio com uma métrica multidimensional da pobreza, qual seja, acesso a alguns elementos básicos – água encanada, banheiro no domicílio, luz elétrica e coleta de lixo.

A estrutura deste trabalho contempla, além desta introdução geral e uma conclusão geral ao fim, dois artigos independentes, mas não estanques em suas análises, porquanto dialogam entre si sobre a questão da pobreza no Brasil em duas abordagens metodológicas diferentes, em que se contrapõem a pobreza monetária à privação material.

2 ARTIGO A

POBREZA MONETÁRIA NO BRASIL URBANO E RURAL: UMA ANÁLISE VIA PNAD CONTÍNUA, DE 2012 A 2018

2.1 Resumo

A pobreza é um fenômeno que pode afetar os indivíduos de diversas formas, uma delas, e também a mais comum, é provocada pela insuficiência de renda, também conhecida como pobreza monetária. No caso brasileiro, a pobreza monetária tem atingido uma parcela significativa da população, impulsionando a articulação de políticas públicas de combate à pobreza. Diante de tal desafio, este estudo tem como objetivo demonstrar em que grau se encontra a pobreza monetária no Brasil, analisando a proporção de pobres em todos os Estados brasileiros, tanto no âmbito urbano quanto no rural. Fazendo uso de microdados da PNAD contínua e algumas métricas de pobreza, para o período de 2012 a 2018, este estudo permitiu concluir que mais de 28% da população brasileira se encontra em situação de pobreza monetária e que a insuficiência de renda tem afetado com maior intensidade as regiões Norte e Nordeste do país, principalmente as áreas rurais onde são encontradas as maiores proporções de pobreza.

Palavras-chave: pobreza; insuficiência de renda; urbano; rural.

2.2 Introdução

A análise e mensuração da pobreza são largamente discutidas e têm sido temática recorrente em inúmeros estudos e agendas políticas mundialmente. Ao longo do tempo pôde-se observar uma transição na literatura e nos debates sobre a pobreza, distinguindo-se duas visões. Inicialmente, no decorrer do século XIX, havia poucas razões para se pensar que existiria potencial nas pessoas pobres para se tornarem outra coisa senão pobres, com pouco ou nenhum espaço concebido para o esforço público de reduzir permanentemente a pobreza ou minimizar seus efeitos. As políticas dedicadas ao combate da pobreza não faziam muito sentido para quem estava no poder (RAVALLION, 2016).

Posteriormente, em meados do século XX, a literatura volta-se para o estudo da pobreza, em que se observa uma nova visão, não mais vista como uma condição inevitável, mas sim como um mal social que deve ser evitado por meio da ação pública. O Estado passou então a ter um papel ativo em assegurar que todos os indivíduos tivessem acesso às condições essenciais para sua sobrevivência e bem estar pessoal. As políticas antipobreza, juntamente com sistemas de educação e de saúde sólidos, passaram a ser vistos como uma questão de promoção e proteção com o intuito de garantir um crescimento econômico sustentável (RAVALLION, 2016).

No caso brasileiro, ao se observar trabalhos de estudiosos como Barros e Mendonça (1995), Pochmann (2010) e Hoffmann, Jesus e Almeida (2018), pode-se perceber que o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira sempre foi marcado por elevados índices de pobreza e desigualdade social, e embora se verifique ao longo do tempo dinâmicas de enfrentamento da pobreza por parte da esfera pública, nenhuma ação tomada até então foi de fato impactante a ponto de reduzir por completo os índices desse fenômeno e a elevada desigualdade social que reside no país. Os resultados se tornaram mais significativos apenas no início dos anos 2000.

De acordo com Pochmann (2010), no pós-2003 um novo padrão de sistema social é observado no Brasil, caracterizado pela redução da desigualdade de renda e por um crescimento significativo da renda *per capita*. Segundo dados do autor, no período entre 2004 e 2010 observou-se um crescimento da renda *per capita* de 2,9% em média ao ano, acompanhado por uma queda na média anual da desigualdade de renda de 1,5%. Tais resultados refletiram de forma relevante na melhora dos indicadores de pobreza e de bem estar social. Entre eles, destaca-se uma redução nas taxas de pobreza e de

desemprego no montante de 4,8% e 5,2% em média ao ano, respectivamente, um aumento de 7,1% na média anual do valor real do salário mínimo, e um aumento nos anos de escolaridade dos brasileiros de 3,8% ao ano, para o mesmo período.

Tal melhora desses indicadores e em termos de mobilidade social é associada principalmente ao bom resultado dos programas de focalização e transferências de renda como Fome Zero e Bolsa Família, e pelo impacto favorável da conjuntura que colaborou de forma significativa para a recuperação do crescimento econômico do país. Embora a literatura demonstre uma melhora nos índices de pobreza e desigualdade, é notável que no Brasil o número de indivíduos na condição de pobres e indigentes ainda seja preocupante, além da elevada desigualdade social na distribuição de renda, que apesar de ter diminuído continua em níveis alarmantes, principalmente quando se observa as diferenças existentes entre as regiões urbanas e rurais.

Neste sentido, o objetivo deste estudo é demonstrar a atual situação em que se encontra a pobreza no Brasil, em termos de insuficiência de renda, observando os vários índices de indigência e fragmentando a análise para as Unidades da Federação conforme a situação censitária do domicílio, se urbano ou rural. A análise tem como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) e será limitada ao período de 2012 a 2018.

Este estudo justifica-se pela importância de atualização de dados concernentes à insuficiência de renda no Brasil com uso da PNAD contínua e para analisar a continuidade (ou não) do processo sistemático de redução de pobreza no Brasil no período de 2003 a 2012, em que relatórios como o do Banco Mundial (2019) destacam a reversão desse processo e, portanto, elevação da pobreza no período recente.

Quanto à sua estrutura, este trabalho se divide em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção são apresentadas definições sobre o conceito de pobreza e sua forma de operacionalização. Na segunda seção são expostos alguns dados referentes a pobreza e desigualdade no Brasil, além de ser feita uma comparação em relação aos demais países da América Latina. Na terceira seção é descrita a metodologia e base de dados utilizada no estudo. Na última seção são apresentados os resultados obtidos da pesquisa onde é exposta a atual situação em que se encontra a pobreza monetária no Brasil. Por fim, as considerações finais são tecidas.

2.3 Pobreza: definição e operacionalização

No que tange à sua definição, segundo Silva, Bandeira e Lopes (2011), tanto na literatura quanto em políticas sociais é empregada uma ampla variedade de definições para o termo pobreza, fazendo com que este se constitua em uma categoria teórica com uma gama de significados, tornando sua definição um fenômeno complexo e de múltiplas dimensões. Neste sentido, vários estudos apresentam definições do conceito de pobreza, algumas delas descritas a seguir.

Segundo Hagenars e de Vos (1988) qualquer definição de pobreza pode ser encaixada em uma das seguintes categorias gerais: a primeira diz respeito à *pobreza absoluta*, onde é definida por se possuir menos que um mínimo previamente estabelecido; a segunda categoria se refere à *pobreza relativa*, em que a pobreza é definida por se possuir menos que os demais indivíduos da sociedade; por fim, a última categoria faz referência à *pobreza subjetiva*, onde é definida pelo sentimento de não se ter condições suficientes para seguir adiante, por qualquer carência que seja.

Por outro lado, Rodrigues, Helfand e Lima (2018) estabelecem a noção de pobreza como sendo algum tipo de privação, podendo esta ser tanto de cunho material quanto de elementos de ordem cultural ou social. Para esses pesquisadores, a pobreza pode ser definida como a insuficiência de recursos para assegurar que as condições básicas de subsistência e de bem-estar dos indivíduos em uma sociedade sejam garantidas, não se restringindo apenas à renda disponível, mas também ao acesso a recursos como saneamento básico, saúde e educação.

Outra visão sobre o tema, abordada por estudiosos como Sen (2000), Barros, Carvalho e Franco (2006), Kageyama e Hoffmann (2006) e Fahel, Teles e Caminhas (2016), é o conceito de pobreza multidimensional. Segundo esse conceito a pobreza não é vista como um fenômeno restrito aos meios e recursos que os indivíduos possuem, mas sim com a capacidade dos indivíduos de exercerem sua liberdade de escolha em relação às diferentes trajetórias possíveis. Assim, a definição multidimensional além de abranger as necessidades elementares como nutrição, saúde e acesso a recursos de subsistência, engloba também elementos mais complexos e de difícil mensuração como sentimento de felicidade, autorrespeito e sentir-se como integrante da vida em sociedade.

Com relação às análises multidimensionais, em que pese serem mais abrangentes e contemplarem elementos diversos da condição de vida de um indivíduo, tais análises

são limitadas pela restrição de dados acerca dessas diferentes dimensões e pela dificuldade de se obter esses dados nacionalmente para uma cobertura de diferentes anos. Registra-se o caso da PNAD contínua, por exemplo, que possibilitaria a obtenção de indicadores dessa natureza apenas para os anos de 2016, 2017 e 2018.

Outra questão de grande debate na literatura sobre o tema são suas formas de operacionalização, ou seja, como mensurar se determinada parcela da sociedade é caracterizada como pobre ou não. Para tal, utiliza-se amplamente o conceito de linhas de pobreza, onde é possível identificar como pobre todo o indivíduo que se encontrar abaixo do valor estabelecido na linha de pobreza – arbitrariamente definida pelo investigador.

De acordo com Rodrigues, Helfand e Lima (2018) é possível encontrar uma grande variedade de linhas de pobreza, tanto em estudos aplicados quanto em programas que buscam combater tal fenômeno, não existindo assim uma linha oficial de pobreza no Brasil. Embora também não exista um consenso entre os estudiosos sobre qual a melhor forma de se medir a pobreza ou qual a variável mais efetiva para se utilizar como parâmetro em uma linha de pobreza, o método mais simples e frequentemente utilizado na literatura tem sido mensurar a pobreza a partir de um nível arbitrário de renda, qualificando-a assim como pobreza monetária.

Cumprir destacar, como asseveram Kageyama e Hoffmann (2006), que as análises que utilizam linhas de pobreza e métricas monetárias não diferem de forma substancial em identificar e quantificar o fenômeno quando comparadas às análises e operacionalização multidimensionais. Entretanto, as abordagens multidimensionais se mostram mais completas e profundas no sentido de qualificar o tipo de carência vivenciada pelos indivíduos em determinada sociedade.

Ainda que utilizar um nível arbitrário de renda como linha de pobreza seja um método simples e bastante difundido, dada a facilidade na obtenção dos dados referentes aos vários tipos de renda em comparação com as demais variáveis possíveis, existem algumas críticas à utilização deste método que são destacadas por alguns estudiosos.

Segundo Hoffmann (1998) um dos problemas de se utilizar níveis arbitrários de renda para se mensurar a pobreza é a ausência de um critério. Essa afirmação pode ser explicada pela divergência nas linhas de pobreza monetária que cada pesquisador estabelece em seus estudos. Como exemplo, observa-se em Hoffmann (2000) a definição de linha de pobreza como sendo $\frac{1}{2}$ salário mínimo (s.m.) *per capita* e linha de extrema pobreza como sendo $\frac{1}{4}$ de s.m. *per capita*, diferente de estudiosos como Corrêa

(1998) que faz uso de 1 e ½ s.m. *per capita*, respetivamente, para as mesmas linhas, demonstrando assim o problema da ausência de critério na definição das linhas tendo como base a variável renda, o que dificulta a comparação entre os resultados encontrados (RODRIGUES; HELFAND; LIMA, 2018).

Outra crítica ao uso de níveis de renda como linha de pobreza, bem fundamentada por Rodrigues, Helfand e Lima (2018), ressalta como uma falha no método o fato de que ao se utilizar valores arbitrários de renda não são levadas em consideração as diferenças no custo de vida entre cada Unidade da Federação e entre as áreas urbanas e rurais. Outro agravante destacado pelos pesquisadores é o fato da renda ser um indicador pouco confiável dada a elevada taxa de subdeclarações e informações inexatas.

Ainda assim, embora existam algumas críticas à utilização deste método como medida de pobreza, o emprego da variável renda como parâmetro de indigência continua sendo uma boa aproximação da realidade servindo bem ao propósito de mensurar os níveis de pobreza, não somente no Brasil, como também nos demais países do mundo, onde se observa organismos multilaterais como o Banco Mundial, que fazem uso de linhas de pobreza monetária em seus estudos, tendo como base, por exemplo, 1,99 dólares por dia, ou em uma abordagem mais moderna de 2,25 dólares diários, em paridade de poder de compra. Destaca-se também o fato deste ser um método simplificador dada a facilidade na obtenção de dados atualizados, e a possibilidade de comparação dos resultados obtidos com outros estudos realizados, uma vez que é um dos métodos mais difundidos na literatura.

2.4 Pobreza e desigualdade no Brasil e na América Latina

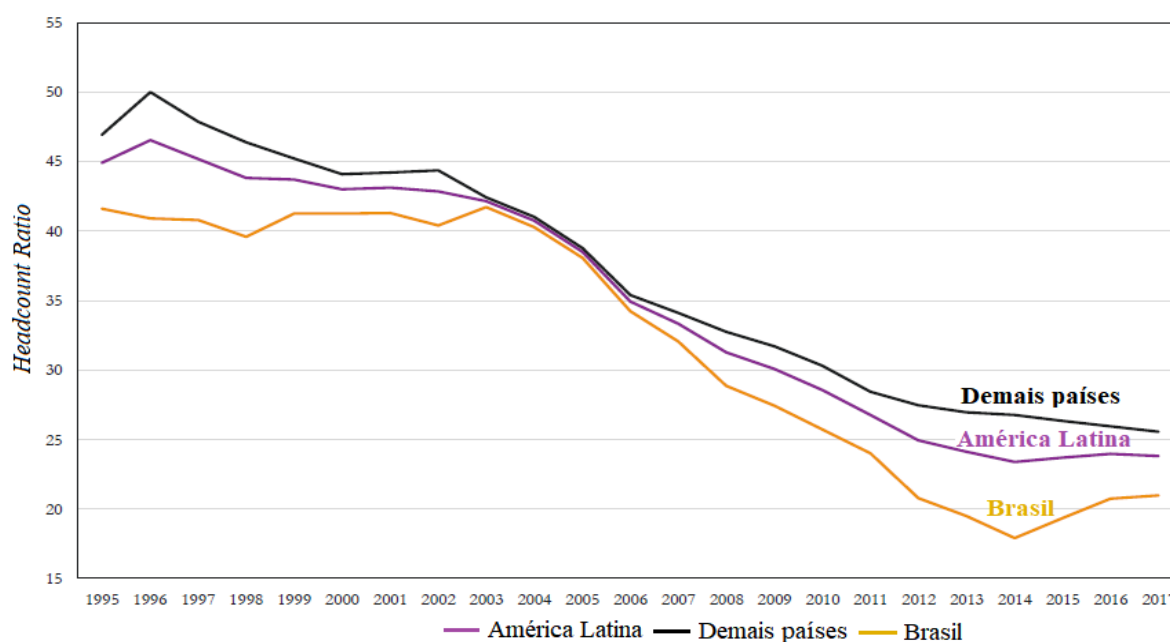
A América Latina é um espaço bastante heterogêneo e com diferentes realidades nos países que a compõe, contudo, duas características são marcantes: as desigualdades acentuadas – de diferentes naturezas – e a pobreza renitente. Segundo dados do Banco Mundial (2019), a pobreza monetária tem apresentado avanços no período recente na América Latina, embora tenha demonstrado uma redução significativa no cômputo das últimas décadas. Em 1995, levando em consideração uma linha de pobreza de 5,50 dólares por dia, cerca de 45% da população latino americana se encontrava abaixo da linha de pobreza, em 2017 esse percentual havia se reduzido para 24%. A contrapartida de tal queda da pobreza monetária se deu principalmente pela ascensão da classe média

que cresceu 15 pontos percentuais na América Latina, saltando de 22% da população em 1995 e alcançando 37% em 2017.

Os esforços empreendidos pelos governos no sentido de redução da pobreza, em um contexto mundial e na América Latina, estão relacionados a diversos fatores, entre eles à ação de organismos multilaterais e grandes metas globais como as definidas na Agenda 2030, que aborda questões como o combate à pobreza e desigualdade, o acesso a serviços de necessidade básica como saúde, educação, alimentação e emprego, além de proteção contra as diversas formas de violência e discriminação social, com vistas a garantir as condições necessárias para um crescimento econômico sustentável e inclusivo (ECLAC, 2019).

A redução na proporção de pobres ocorrida até então é demonstrada na Figura 1, que ilustra a trajetória temporal do *Headcount Ratio* (percentual de indivíduos abaixo da linha da pobreza) para a América Latina, para o Brasil de forma isolada e para os demais países latino americanos, no período de 1995 a 2017. É importante destacar que este resultado da proporção de pobres é baseado na linha oficial de pobreza monetária do Banco Mundial definida como 5,50 dólares por dia, expressa em paridade de poder de compra (PPC) que pondera as diferenças no custo de vida entre os países, uma métrica comumente utilizada para comparações internacionais.

Figura 1 - Proporção de pobres na América Latina – em % – de 1995 a 2017.



Fonte: Banco Mundial (2019).

Ao analisar a Figura 1 pode-se constatar que a redução na proporção de pobres se deu principalmente no intervalo de 2003 a 2013, época onde ocorreu a chamada “década de ouro”, período marcado por um notável crescimento econômico dos países da América Latina devido aos preços extremamente elevados das commodities e diferentes políticas de redução à pobreza no continente. Neste período observa-se um declínio da pobreza monetária no continente latino americano de 20 pontos percentuais. No caso brasileiro o indicador atingiu seu valor mínimo em 2014, com um *Headcount* de 17,9%.

É relevante observar a inflexão que ocorre na trajetória temporal do *Headcount Ratio* durante a década de ouro. Pode-se notar que no período de 2003 a 2006 as três linhas apresentadas na Figura 1 estão praticamente sobrepostas demonstrando que de certo modo a maioria dos países da América Latina se beneficiou com a alta nos preços das commodities e o mercado internacional favorável. Após 2006 observa-se, por sua vez, que a linha que representa a proporção de pobres no Brasil decresce mais rapidamente, fato explicado pelos resultados satisfatórios das políticas sociais e programas de redistribuição de renda, como o Fome Zero e o Bolsa Família, que foram adotados pelo governo no período e pela conjuntura favorável, sem a qual tais programas teriam um índice de sucesso bastante inferior.

Segundo relatório do Banco Mundial (2019), o fim da década de ouro é marcado por uma crise econômica na região, caracterizada, entre outros fatores, pela desaceleração dos preços das commodities que afetou negativamente os países da América Latina, principalmente o Brasil, que após a recessão (2014-2016) registrou um aumento na proporção de pobres de cerca de 3 pontos percentuais. Pode-se observar dois fatos ao se analisar o período que compreende a grande recessão: primeiro, que o desempenho do Brasil, por ser um gigante que representa um terço da população da América Latina, tem grande impacto sobre as taxas de pobreza da região; segundo, que após a década de ouro os demais países da América Latina obtiveram um desempenho melhor do que o Brasil. Tal fato pode ser constatado ao se analisar a diferença entre as trajetórias da proporção de pobres da América Latina como um todo e seu valor sem incluir os dados do Brasil, onde se observa que a linha que representa os demais países da América Latina continua caindo, embora a taxas decrescentes, enquanto que a linha que agrega os dados brasileiros aumenta ligeiramente no mesmo período.

É importante destacar que não foram apenas fatores externos que acarretaram na piora dos indicadores de pobreza no Brasil, mas também medidas equivocadas adotadas

pelas autoridades públicas. Segundo Nassif (2018) ao longo do segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) observa-se uma política social robusta focalizada no crescimento pró-pobre e na melhora da distribuição de renda, tendo como base o papel preponderante do investimento público e geração de emprego. Tais políticas, adotadas durante um ciclo econômico favorável, alavancaram o crescimento do país levando com ele uma grande parcela da sociedade a situarem suas rendas acima da linha de pobreza. Num segundo momento, após a desaceleração dos preços das commodities e a adoção de políticas fiscais expansionistas ancoradas em isenções tributárias por parte do governo de Dilma Rousseff (2011-2014), grande parte do movimento foi revertido, levando uma parcela da sociedade de volta aos níveis de insuficiência de renda.

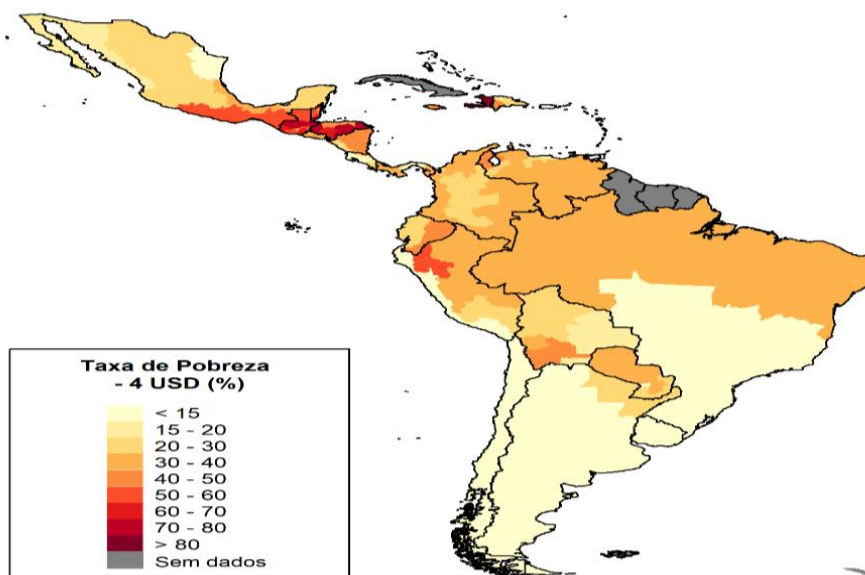
Neste sentido é pertinente considerar a crítica feita pelo Banco Mundial (2019) a respeito dos fortes impactos que os ciclos econômicos têm sobre os indicadores sociais. Segundo o organismo multilateral, aproximadamente 45% da variabilidade da queda da pobreza monetária durante a década de ouro na América Latina é explicada pelo componente cíclico da produção *per capita*, enquanto os demais 55% são explicados pelas políticas de redistribuição de renda e crescimento tendencial. No que tange ao Brasil, os movimentos cíclicos da produção *per capita* são responsáveis por 54% da queda da pobreza monetária durante o mesmo período, enquanto que as políticas de redistribuição de renda adotadas pelo governo respondem por 33% da redução da pobreza no Brasil, os demais 13% devem-se a mudanças estruturais, e portanto, mais sustentáveis na composição da renda *per capita* e efetividade da redução da pobreza.

Registra-se, assim, o fato de que o impacto favorável da conjuntura foi responsável por grande parte da redução na proporção de pobres nos países da América Latina durante a chamada década de ouro, principalmente no Brasil onde o movimento dos ciclos econômicos explica mais de metade da variação da queda da pobreza. Tal fato reforça a crítica feita pelo Banco Mundial (2019) sobre a grande vulnerabilidade da pobreza em relação aos ciclos econômicos e atenta ao ponto de que frequentemente a literatura sobre pobreza tende a medir o crescimento econômico e os ganhos sociais sem distinguir entre tendência e ciclo econômicos.

Outra forma de se analisar a pobreza monetária no Brasil e nos demais países da América Latina é apresentada na Figura 2, que ilustra a distribuição geográfica da proporção de pobres levando em consideração uma linha de pobreza de 4 dólares por

dia, um pouco mais próxima ao valor da linha de pobreza (de ½ salário mínimo) utilizada neste estudo.

Figura 2 – Mapa da proporção de pobres na América Latina, em %, com linha de pobreza de US\$ 4 por dia PPP, 2018.



Fonte: SEDLAC (2018).

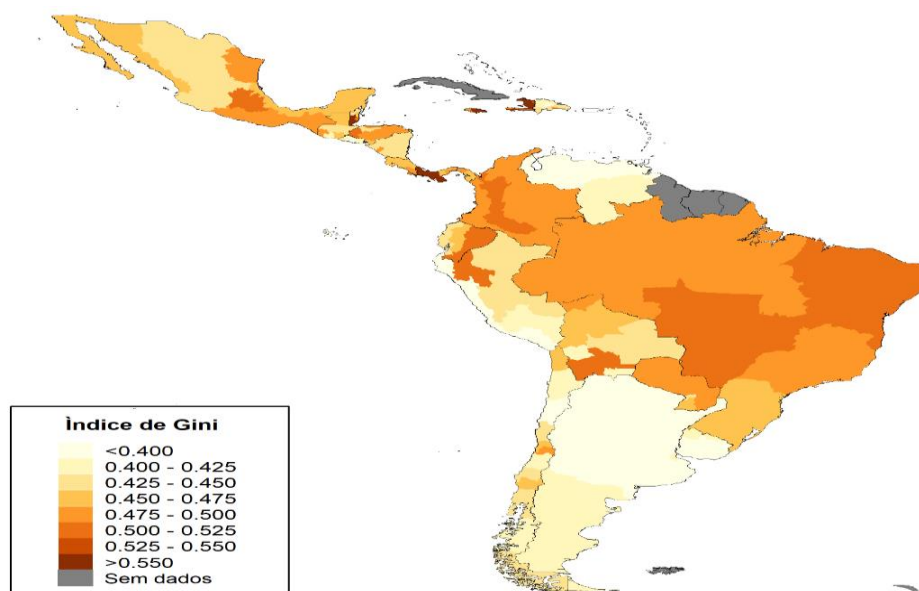
Observando o mapa (Figura 2) nota-se a nítida diferença entre o percentual de pobres das regiões Norte e Sul do continente. Países como Argentina, Uruguai e Chile localizados no Sul da América Latina apresentam as menores proporções de pobreza. Nesses países, menos de 20% da população vive abaixo da linha de pobreza. Já em países localizados mais ao Norte do continente, como Peru, Equador, Colômbia e Venezuela a proporção de pobres é mais elevada, visto que em certas regiões quase 50% da população vive com menos de 4 dólares por dia. Situações ainda mais críticas são observadas em países como Honduras, El Salvador e Guatemala, onde mais de 70% da população vive abaixo da linha de pobreza. A diferença entre as regiões Norte e Sul fica mais evidente quando analisado o Brasil, em que as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste do país apresentam os menores percentuais, menos de 20% da população que reside nessas regiões vive abaixo da linha de pobreza, enquanto que nas regiões Norte e Nordeste do país quase 50% dos residentes vive com menos de 4 dólares por dia. Destaca-se ainda que esses percentuais não desagregam a população em urbana e rural, sendo nesse caso os diferenciais ainda mais intensos.

Outro problema que deve ser posto em pauta e que está fortemente atrelado aos elevados níveis de pobreza é a crescente desigualdade na distribuição de renda,

principalmente no Brasil, onde a parcela dos mais ricos se apropria de uma grande fatia do produto socialmente gerado. Hoffmann, Jesus e Almeida (2018), em seu estudo sobre distribuição de renda, fazem uma análise a respeito da evolução da desigualdade no Brasil do período de 1995 a 2017, observando entre outros indicadores o índice de Gini. Ao examinar a evolução do indicador os aludidos autores destacam que embora a desigualdade tenha reduzido de forma substancial em relação aos patamares de 1995, ainda é bastante elevada para os padrões atuais, de modo que em 2017 a parcela dos 10% mais ricos da população se apropriou de mais de 40% do produto gerado no país.

Neste sentido, em contraste com o mapa apresentado anteriormente onde se demonstrava a proporção de pobres na América Latina, é exposto a seguir, na Figura 3, a distribuição geográfica do índice de Gini para a renda na região. Nesta, pode-se observar que embora as regiões Centro-Sul, Sul e Sudeste do Brasil apresentassem as menores proporções de pobreza do país, quando se analisa a questão da desigualdade medida neste caso pelo índice de Gini, observa-se que estas regiões possuem alto grau de desigualdade principalmente a região Centro-Sul, que juntamente com o Nordeste são as regiões com o maior índice de Gini do Brasil.

Figura 3 – Distribuição geográfica do índice de Gini para distribuição de renda na América Latina, 2018.



Fonte: SEDLAC 2018.

Uma questão de grande importância quando se discute sobre pobreza e desigualdade no Brasil é a diferença existente entre as áreas urbanas e rurais. Segundo Helfand, Rocha e Vinhais (2009) a dinâmica da redução da desigualdade e da pobreza

nas áreas rurais tem sido distinta daquela observada para o Brasil como um todo. Para comprovar tal hipótese os autores realizam em seu estudo a decomposição da variação da pobreza a partir de variações na renda e na desigualdade. A análise é feita para dois períodos, de 1992 a 1998 e de 1998 a 2005, a fim de identificar as causas da redução da pobreza observada na época. Os resultados para o primeiro período demonstram que tanto para as áreas rurais como para o país como um todo, a queda na proporção de pobres é explicada integralmente pelo aumento ocorrido na renda, dado que no mesmo período verificou-se um aumento no índice de Gini, indicando uma piora da desigualdade. Entretanto, quando se observa os resultados da decomposição para o segundo período fica nítida a diferença entre as áreas rurais e o Brasil como um todo, uma vez que os dados para o Brasil demonstram que a queda na proporção de pobres é explicada apenas pela melhora na desigualdade, dado que se observou uma redução da renda no período, enquanto que a queda no percentual de pobres nas áreas rurais é explicada tanto por uma melhora no índice de Gini como por um aumento expressivo da renda nas áreas rurais.

Segundo os referidos autores, tal aumento da renda nas áreas rurais é esclarecido pela ampliação dos programas de transferência de renda que começaram a atender uma maior parcela da população rural, uma vez que ao final do segundo período cerca de 58% dos residentes em domicílios rurais recebiam renda de outras fontes (inclusive Bolsa Família), diferente dos dados observados no final do primeiro período em que este percentual era de apenas 3,6%, demonstrando assim que o impacto dos programas de distribuição de renda foi significativamente maior nas áreas rurais.

Nesse mesmo sentido, em um estudo mais recente Hoffman (2019a), fazendo uso de dados da PNAD contínua, analisa a distribuição do rendimento do trabalho sobre os setores agrícola e não agrícola para o período de 2012 a 2017. Nesse trabalho é possível observar mais evidências a respeito das diferenças no nível de desigualdade, não apenas entre as áreas urbanas e rurais mas também nos setores agrícola e não agrícola¹, em que se observa que o índice de Gini da distribuição do rendimento do trabalho sempre se mostrou maior no setor agrícola ao longo do período analisado,

¹ Deve-se destacar que a classificação de rural ou urbano não pode ser confundida com a classificação de agrícola ou não agrícola, onde no primeiro caso se faz referência a situação do domicílio, ou seja, indivíduos residentes em áreas rurais ou urbanas, enquanto que no segundo caso refere-se a situação na ocupação, isto é, indivíduos ocupados conforme sua atividade principal em setores agrícolas ou não agrícolas. Ver (HOFFMAN, 2019b).

demonstrando a vulnerabilidade da região rural tanto para quem reside quanto para quem exerce seu ofício nas áreas rurais.

Como visto, embora se encontre na literatura inúmeros estudos sobre pobreza no Brasil, no que tange à pobreza monetária, poucos apresentam dados atualizados sobre as diferenças existentes entre as áreas urbanas e rurais e para regiões brasileiras, característica esta que se pretende abordar neste estudo. Outro ponto importante que deve ser mencionado, e que justifica tanto a adoção do curto intervalo de tempo analisado neste artigo, de 2012 a 2018, quanto a falta de trabalhos atualizados sobre pobreza no Brasil, é a incompatibilidade de dados entre a PNAD tradicional e a PNAD contínua. Segundo nota técnica do IBGE (2017), a PNAD contínua, que começou a ser disponibilizada a partir de 2012, apresenta diferenças metodológicas em relação à PNAD tradicional, o que impossibilita a correspondência direta entre os resultados das duas pesquisas, limitando assim as análises para maiores períodos de tempo.

2.5 Metodologia

A base de dados utilizada neste estudo provém dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), sendo o período analisado de 2012 a 2018. Para a avaliação referente aos dados sobre pobreza monetária no Brasil foi utilizado como parâmetro o rendimento domiciliar *per capita* (variável VD5008). A pesquisa é limitada aos indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes com 14 ou mais anos de idade. Todos os cálculos realizados neste trabalho levam em consideração os fatores de expansão da amostra fornecidos pelo IBGE. Ademais, foram excluídos da análise os indivíduos cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Na PNAD Contínua a coleta de dados é realizada ao longo do ano, assim sendo, faz-se necessária a uniformização da unidade de medida monetária. Neste sentido, por ser um indicador que reflete o custo de vida para cesta de consumo das famílias optou-se por utilizar como deflator trimestral a média geométrica dos valores do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para deflacionar os rendimentos analisados, defasando-se em um mês cada trimestre, tendo como referência os preços de setembro/outubro e novembro de 2018.

Quanto à linha de pobreza utilizada neste estudo, optou-se por fazer uso da linha de pobreza monetária de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (s.m.) *per capita* para linha de pobreza e de $\frac{1}{4}$ de s.m. *per capita* para linha de extrema pobreza, uma vez que está é uma das mais

utilizadas na literatura, possibilitando possíveis comparações com estudos anteriores. Levou-se em consideração o valor do salário mínimo de 2018 (R\$ 954); nesse sentido, as linhas de pobreza são, respectivamente, R\$ 477 e R\$ 238,5 *per capita* – em reais de 2018.

Para a análise sobre a situação em que se encontra a pobreza monetária no Brasil, além dos tradicionais indicadores de pobreza *Headcount Ratio* e *Extreme Poverty Headcount Ratio* que demonstram, respectivamente, a proporção de pobres e de extremamente pobres dada determinada linha de pobreza, também foram utilizados neste estudo outros indicadores, como o *per capita poverty gap*, que representa a quantia monetária *per capita* média necessária para que todos os indivíduos elevem suas rendas acima da linha de pobreza, e os índices de Watts e de Sen, cujas definições são apresentadas a seguir.

O índice de Watts é uma medida de pobreza que permite obter o tempo necessário, em anos, para que todos os indivíduos em determinada sociedade atinjam a renda mínima necessária para estar acima da linha de pobreza, em outras palavras, ele fornece a velocidade de extinção da pobreza, mantendo-se constante o nível de crescimento econômico observado no período. A versão discreta do índice proposto por Watts (1968) pode ser apresentada como:

$$W = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^q [\ln(Z) - \ln(Y_i)] \quad (1)$$

Em que N representa o número total de indivíduo na população, Z representa a linha de pobreza escolhida, Y_i simboliza a renda do indivíduo i e q o montante de pessoas que se encontram abaixo da linha de pobreza.

Morduch (1998) propõe uma interpretação do índice de pobreza de Watts em que o tempo médio de extinção da pobreza, T_g , é calculado a partir do quociente entre o índice de Watts e uma taxa hipotética de crescimento da renda, $g > 0$. Desta forma, o tempo médio para que o indivíduo i saia da condição de pobreza, levando em consideração a taxa de crescimento g , é dado por:

$$t_g^i = \frac{\ln(Z) - \ln(Y_i)}{g} \quad (2)$$

Assim sendo, o indivíduo i precisaria de t_g^i anos para elevar sua renda acima da linha de pobreza Z. O tempo médio de extinção da pobreza se levado em consideração a população como um todo é dado por:

$$T_g = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N t_g^i = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^q \frac{[\ln(Z) - \ln(Y_i)]}{g} = \frac{W}{g} \quad (3)$$

Onde $t_g^i = 0$ para indivíduos não pobres. Desta forma, o índice reflete o número médio de anos necessários para a população sair da condição de pobreza se fosse possível garantir que todos os rendimentos crescessem à taxa g . No caso deste estudo, adotou-se a taxa $g = 1$, concernente ao valor da taxa de crescimento do PIB do Brasil no ano de 2018.

O índice de Sen, por sua vez, é uma medida que leva em consideração três características inerentes à pobreza: a primeira diz respeito à incidência ou proporção de pobres em determinada sociedade; a segunda leva em consideração a intensidade, que representa o percentual médio de privações vivenciadas pelos pobres, ou seja, em determinado grupo de indivíduos pobres existem aqueles que são considerados pobres por estarem uma unidade monetária abaixo da linha de pobreza e aqueles que são considerados pobres por estarem inúmeras unidades monetárias abaixo da linha de pobreza, neste sentido o índice de Sen leva em consideração o quão pobres os indivíduos são; e a terceira característica, que diz respeito à desigualdade de renda entre esses indivíduos, também conhecida como Gini dos pobres. Assim, partindo de um conjunto de axiomas, Sen (1976) em seu estudo *Poverty: An Ordinal Approach to Measurement*, desenvolve a seguinte expressão que representa a forma final de seu índice pobreza:

$$P = H[I + (1 - I)G] \quad (4)$$

Onde H representa a incidência de pobreza, I é a intensidade, G é o coeficiente da distribuição de renda desses indivíduos e P , o chamado índice de Sen, que pode variar entre o intervalo de zero e um, assumindo o valor zero para quando todos os indivíduos possuem rendas maiores que a linha de pobreza definida e o valor um para quando todas as rendas forem iguais a zero. No caso deste estudo, optou-se por multiplicar o índice de Sen pela centena a fim de facilitar a interpretação dos resultados.

2.6 Resultados e discussões

O primeiro resultado a ser discutido é exposto na Tabela 1, onde se apresenta a trajetória temporal da renda média domiciliar *per capita* conforme a situação censitária do domicílio, se urbano ou rural. Nesta, pode-se observar de imediato a enorme diferença existente entre os rendimentos das áreas urbanas e rurais, onde ao longo de todo o período analisado nota-se que os rendimentos obtidos nas áreas urbanas são cerca

de duas vezes maiores que os rendimentos obtidos nas áreas rurais. Ainda na Tabela 1, são apresentadas informações sobre a distribuição dos habitantes em território nacional conforme situação do domicílio, a fim de identificar a proporção de indivíduos residentes em áreas urbanas ou rurais.

Tabela 1 – Renda média domiciliar *per capita* no Brasil, em R\$ de setembro/outubro/novembro de 2018, e distribuição populacional conforme situação censitária do domicílio, em %, de 2012 a 2018.

Ano	Renda média domiciliar <i>per capita</i>			Distribuição populacional	
	Total	Urbano	Rural	Urbano	Rural
2012	1084,18	1261,94	605,55	84,73	15,27
2013	1105,94	1293,49	627,65	84,33	15,67
2014	1152,45	1345,41	661,44	85,23	14,77
2015	1125,24	1307,20	654,78	85,20	14,80
2016	1084,58	1260,04	635,02	85,50	14,50
2017	1110,26	1288,37	646,88	85,84	14,16
2018	1164,69	1361,04	658,26	85,62	14,38

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019).

Nota: deflacionado pelo INPC – IBGE.

De modo geral, a evolução da variação da renda média domiciliar *per capita* é semelhante em ambas as áreas e, por consequência, no Brasil como um todo. Ao dividir o período analisado em três intervalos distintos, conforme as variações dos rendimentos, nota-se que no primeiro intervalo, de 2012 a 2014, período que compreende o final da década de ouro, ocorre um crescimento da renda média de aproximadamente 6,61% nas áreas urbanas e de 9,23% nas áreas rurais, em virtude do cenário favorável que experimentava o país na época. O segundo intervalo capta o período da recessão (2014 – 2016), onde se verifica uma queda no rendimento médio de aproximadamente 6,34% nas áreas urbanas e de 3,99% nas áreas rurais. Por fim, no último intervalo analisado, de 2016 a 2018, nota-se uma recuperação no crescimento da renda *per capita* de aproximadamente 8,02% nas áreas urbanas e de 3,66% nas áreas rurais, demonstrando que embora o rendimento nas áreas urbanas seja maior, as variações na renda ao longo do tempo foram mais favoráveis nas áreas rurais, com exceção do último período analisado, em que no pós recessão verifica-se que a renda das áreas urbanas apresentam uma recuperação mais significativa que a observada nas áreas rurais.

No que tange à distribuição populacional, analisada conforme a situação censitária do domicílio, verifica-se na Tabela 1 que a proporção de indivíduos residentes

em áreas urbanas ou rurais se manteve praticamente constante ao longo do período observado, sendo esta proporção de em média 85% nas áreas urbanas e 15% nas áreas rurais, representando um montante de aproximadamente 177,9 milhões de pessoas residentes em áreas urbanas e cerca de 29,9 milhões de moradores em áreas rurais, para o ano de 2018.

As mudanças observadas na renda *per capita* afetam diretamente o *Headcount Ratio* das linhas de pobreza monetária. Deste modo, observa-se na Tabela 2 que nos anos onde ocorre um crescimento da renda, verifica-se uma queda na proporção de pobres, analogamente, nos anos onde se sucede uma queda da renda observa-se um aumento na proporção de pobres. Tal constatação é válida tanto para a linha de pobreza quanto para a de extrema pobreza.

Tabela 2 – *Headcount Ratio* de pobreza e extrema pobreza para o Brasil, em %, de 2012 a 2018.

Ano	<i>Headcount Ratio</i> de pobreza			<i>Headcount Ratio</i> de extrema pobreza		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
2012	31,45	26,69	57,82	11,66	8,38	29,83
2013	29,59	24,76	55,59	10,78	7,67	27,52
2014	27,25	22,88	52,45	9,34	6,70	24,56
2015	28,42	24,11	53,20	10,11	7,38	25,85
2016	30,41	26,22	55,16	11,56	8,77	28,04
2017	29,12	25,19	52,93	11,47	8,75	27,95
2018	28,09	24,05	52,11	11,25	8,46	27,89

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019).

No que tange à magnitude da pobreza, os dados observados revelam que em 2012, para uma população total de 197,7 milhões de pessoas, 62,1 milhões se encontravam em condição de pobreza monetária, e destes, cerca de 23 milhões sobreviviam com até R\$ 238,5 mensais, se encontrando em situação de extrema pobreza. Já em 2018, para um montante populacional de 207 milhões, aproximadamente 58,2 milhões de pessoas se encontravam em condição de pobreza, representando uma redução de 3,36 pontos percentuais no valor do *Headcount Ratio* em relação à 2012, por outro lado, observa-se um aumento no número de indivíduos extremamente pobres, que atingiu o montante de 23,3 milhões de pessoas, embora se verifique uma queda do *Extreme Poverty Headcount Ratio* de 0,41 pontos percentuais em relação ao ano de 2012, demonstrando que o crescimento populacional ao longo do período analisado foi superior à redução na proporção de extremamente pobres. Embora se verifiquem

melhoras na proporção de pobres ao longo do período estudado, esse percentual ainda se mostra bastante elevado, principalmente nas áreas rurais, onde se observa que mais de 52% da população vive abaixo da linha de pobreza monetária.

Outro ponto importante observado nos dados da Tabela 2, é que embora o *Headcount Ratio* se mostre menor nas áreas urbanas, quando comparado com o das áreas rurais, a variação na proporção de pobres se mostrou mais significativa nas áreas rurais, onde se verifica uma redução de 5,71 pontos percentuais na proporção de pobres e de 1,94 pontos percentuais na proporção de extremamente pobres, enquanto que nas áreas urbanas observa-se uma queda de 2,64 pontos percentuais na proporção de pobres e um ligeiro aumento de 0,08 pontos percentuais na proporção de extremamente pobres, o que demonstra uma considerável melhora dos indicadores de pobreza das áreas rurais em relação às áreas urbanas.

Na sequência, são apresentados na Tabela 3 os rendimentos médios para cada região do Brasil, em que nesse caso optou-se por analisar isoladamente o estado de São Paulo e o Distrito Federal, uma vez que suas rendas elevadas poderiam inflar os rendimentos das regiões Sudeste e Centro-Oeste do país causando desproporcionalidades em tais regiões.

Tabela 3 – Renda média domiciliar *per capita* por região do Brasil, em R\$ de setembro/outubro/novembro de 2018, de 2012 e 2018.

Região	Total		Urbano		Rural	
	2012	2018	2012	2018	2012	2018
Norte	862,74	894,33	1019,16	1064,94	487,43	524,48
Nordeste	679,01	719,28	851,41	910,87	392,89	419,94
Centro-Oeste (sem DF)	1221,94	1343,67	1292,71	1404,24	905,19	1100,14
Distrito Federal	2371,08	2291,06	2447,05	2377,74	1344,41	1286,97
Sul	1477,27	1593,16	1610,62	1724,47	1048,00	1162,71
Sudeste (sem SP)	1276,94	1392,96	1400,45	1529,22	713,76	781,29
São Paulo	1545,54	1731,94	1664,77	1866,31	1020,33	1115,31
Brasil	1084,18	1164,69	1261,94	1361,04	605,55	658,26

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019).

Nota: deflacionado pelo INPC – IBGE.

Como esperado, as regiões com menor renda média *per capita* são as regiões Norte e Nordeste do Brasil, onde se observam rendimentos inferiores à média brasileira, tanto no ambiente urbano quanto no rural, com destaque negativo para a área rural da região Nordeste, que possui rendimentos médios inferiores à linha de pobreza monetária (R\$ 477), o que permite inferir que a maior parte da população rural dessa região se encontra abaixo da linha de pobreza. No outro extremo, tem-se o Distrito Federal com rendimento *per capita* cerca de duas vezes maior que a média do Brasil, seguido pelo estado de São Paulo que possui a segunda maior renda *per capita* entre as regiões, com exceção da área rural, onde a região Sul apresentou rendimento mais elevado.

Quando são analisadas as variações na renda *per capita*, verifica-se na Tabela 3 que para todas as regiões observadas ocorreu um aumento na renda de 2012 para 2018, com exceção da renda do Distrito Federal, a única que apresentou uma redução tanto na área urbana, quanto na rural. De modo geral, as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste apresentam rendimentos superiores à média brasileira, o que permite concluir que a maior concentração de pobreza, em termos de renda, é localizada nas regiões Norte e Nordeste do país, fato este apresentado nas Tabelas 4 e 5, que seguem.

Tabela 4 – *Headcount Ratio* de pobreza e extrema pobreza por região do Brasil, em %, 2012.

Região	<i>Headcount Ratio</i> de pobreza			<i>Headcount Ratio</i> de extrema pobreza		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Norte	48,13	42,21	67,81	20,53	14,79	39,61
Nordeste	52,51	45,41	71,74	23,64	17,11	41,32
Centro-Oeste (sem DF)	23,89	22,30	37,51	5,42	4,93	9,65
Distrito Federal	17,99	17,46	34,17	4,68	4,60	7,23
Sul	16,88	15,02	27,37	4,08	3,42	7,81
Sudeste (sem SP)	26,00	23,34	48,86	7,70	6,47	18,27
São Paulo	15,99	15,27	31,88	3,94	3,67	9,84
Brasil	31,45	26,69	57,82	11,66	8,38	29,83

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019).

Tabela 5 – *Headcount Ratio* de pobreza e extrema pobreza por região do Brasil, em %, 2018.

Região	<i>Headcount Ratio</i> de pobreza			<i>Headcount Ratio</i> de extrema pobreza		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Norte	45,58	39,71	65,33	20,13	14,82	38,00
Nordeste	46,77	39,97	66,41	22,36	16,60	38,97
Centro-Oeste (sem DF)	20,19	19,49	26,12	5,12	4,84	7,49
Distrito Federal	15,44	14,74	25,66	4,75	4,45	9,12
Sul	14,01	13,14	20,25	4,12	3,77	6,36
Sudeste (sem SP)	21,97	20,20	39,67	6,64	5,78	15,32
São Paulo	15,87	15,39	27,00	5,06	4,93	7,96
Brasil	28,09	24,05	52,11	11,25	8,46	27,89

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019).

Como observado nas Tabelas 4 e 5, a proporção de pobres nas regiões Norte e Nordeste do país é extremamente elevada, onde em ambas as regiões quase metade da população total se encontra em condições de pobreza monetária. A situação se torna ainda mais preocupante quando são analisados os dados a respeito das áreas rurais dessas regiões, neste caso 66,41% dos residentes em áreas rurais do Nordeste e 65,33% dos residentes em áreas rurais do Norte se encontravam em situação de pobreza monetária em 2018, sobrevivendo com até R\$ 477 mensais *per capita*. Quando são observados os resultados referentes à extrema pobreza nota-se que a situação não melhora nessas regiões, mais uma vez a área rural é onde os níveis de indigência são mais alarmantes, principalmente quando comparados com as demais regiões do Brasil. Quanto às demais regiões, observa-se que a proporção de pobres variou entre 13% e 20% nas áreas urbanas e entre 20% e 39% nas áreas rurais no ano de 2018, sendo a região Sul a macrorregião que apresentou os menores níveis de pobreza monetária do Brasil.

No que concerne às variações ao longo do tempo, observa-se mais uma vez que de 2012 a 2018 as áreas rurais são onde se verificam as reduções mais significativas na proporção de pobres, com exceção das regiões Norte e Nordeste, onde neste caso se observam variações mais significativas nas áreas urbanas. A redução mais relevante é observada na área rural da região Centro-Oeste, onde se constata uma queda de 11,39 pontos percentuais no *Headcount Ratio*. Em média, verifica-se nas macrorregiões reduções de 3,1 pontos percentuais nas áreas urbanas (sendo a maior queda observada na região Nordeste com 5,44 pontos percentuais) e de 7,1 pontos percentuais nas áreas

rurais. No tocante à extrema pobreza, observam-se pioras nos indicadores das áreas urbanas das regiões Norte e Sul do país, e no estado de São Paulo que aumentou sua proporção de extremamente pobres em 1,26 pontos percentuais em relação ao ano de 2012. Quanto às áreas rurais, a única região que apresentou um aumento na proporção de extremamente pobres foi o Distrito Federal, com um aumento de 1,89 pontos percentuais. Nas demais regiões observam-se melhoras nos *Headcounts* de extrema pobreza de em média 2,1 pontos percentuais.

Embora o *Headcount Ratio* das linhas de pobreza e extrema pobreza seja um indicador muito utilizado na literatura, outros indicadores fornecem informações relevantes no que concerne a medir os vários níveis de pobreza monetária. Neste sentido, são apresentados na Tabela 6, que segue, três indicadores de pobreza para cada região brasileira e para o Brasil como um todo, analisados conforme a situação censitária do domicílio no ano de 2018.

Tabela 6 – Índice de Sen, índice de Watts, em anos, e *per capita poverty gap*, em R\$, por região do Brasil, 2018.

Região	<i>Per capita poverty gap</i> em R\$		Índice de Sen		Índice de Watts em anos	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Norte	83,24	169,39	23,38	45,00	26,28	61,67
Nordeste	88,94	179,82	24,75	47,69	29,43	67,04
Centro-Oeste (sem DF)	35,47	47,11	10,32	13,59	9,83	13,40
Distrito Federal	29,43	54,97	8,65	15,35	7,65	14,79
Sul	24,27	38,57	7,13	11,14	6,51	11,14
Sudeste (sem SP)	38,75	82,67	11,19	23,11	10,25	27,03
São Paulo	29,95	52,49	8,75	15,14	8,18	15,63
Brasil	49,45	132,26	14,10	35,75	14,91	47,71

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019).

Nota: Índice de Sen multiplicado por 100.

Pode-se observar que os indicadores apresentados reforçam os fatos já destacados até então, onde se observa uma maior concentração de pobreza monetária nas regiões Norte e Nordeste do país e uma significativa diferença entre as áreas urbanas e rurais. Neste sentido, é relevante destacar os resultados obtidos segundo o *per capita poverty gap*, onde se verifica uma maior insuficiência de renda nas regiões Norte e Nordeste do país. Nestas regiões, observa-se que a população considerada pobre necessitaria de, em média, R\$ 86 por pessoa nas áreas urbanas e cerca de R\$ 174 por

pessoa nas áreas rurais para saírem da situação de pobreza. Tais resultados são ainda mais preocupantes quando comparados com as demais regiões do Brasil, principalmente com a região Sul, onde os valores do *per capita poverty gap* são bem menores, sendo necessário, em média, apenas R\$ 24 *per capita* para os indivíduos residentes em áreas urbanas e R\$ 38 *per capita* para os residentes em áreas rurais.

Outro resultado importante a ser mencionado diz respeito ao índice de Sen, que além de levar em consideração a proporção de pobres, também aborda elementos como a intensidade da pobreza e a desigualdade de renda entre os pobres, se mostrando um índice mais completo. Através dele, pode-se perceber que a pobreza é mais severa no meio rural, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, que apresentam índices de Sen de respectivamente 45,00 e 47,69, demonstrando que além da elevada proporção de pobres presente nessas regiões, também se observam altos índices de desigualdade. Por fim, o último índice apresentado diz respeito ao índice Watts, onde se percebe que em certas regiões seria necessário mais de 60 anos para se extinguir a pobreza monetária, mantendo-se o nível de crescimento econômico constante. Ainda segundo o índice de Watts, nota-se quão defasadas estão as áreas rurais em relação às urbanas, onde se observa que a área rural do Brasil necessitaria de 32 anos a mais que a área urbana para extinguir a pobreza monetária, demonstrando novamente uma maior vulnerabilidade dos residentes em áreas rurais.

O último resultado a ser discutido é exposto na Tabela 7, a seguir, onde são apresentados os *Headcount Ratios* de pobreza e extrema pobreza para todos os estados do Brasil. Neste caso optou-se por analisar apenas os resultados do ano de 2018, uma vez que apresentar tais dados para um período maior de tempo acarretaria em uma análise deveras extensa.

Tabela 7 – *Headcount Ratio* de pobreza e extrema pobreza por Estado do Brasil, em %, 2018.

Unidade da Federação	<i>Headcount Ratio</i> de pobreza			<i>Headcount Ratio</i> de extrema pobreza		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Rondônia	28,95	27,00	35,55	9,08	8,20	12,03
Acre	44,35	35,28	69,16	22,23	14,06	44,57
Amazonas	50,31	44,93	77,97	23,93	18,69	50,88
Roraima	36,65	32,07	60,39	15,91	11,83	37,00
Pará	49,07	41,31	68,57	21,78	14,45	40,20
Amapá	48,44	46,29	78,58	22,13	20,06	51,06
Tocantins	35,42	32,88	46,85	13,13	11,78	19,18
Maranhão	56,37	48,59	71,75	29,82	21,06	47,11
Piauí	45,58	35,87	64,68	22,98	15,18	38,33
Ceará	45,20	39,10	64,62	20,65	15,20	37,99
Rio Grande do Norte	41,23	35,61	62,29	19,02	15,04	33,89
Paraíba	43,25	39,72	55,92	20,69	18,12	29,88
Pernambuco	43,26	38,10	66,56	19,85	15,74	38,42
Alagoas	51,26	43,87	71,44	26,87	20,88	43,26
Sergipe	46,90	41,00	66,15	22,40	18,70	34,48
Bahia	46,92	39,11	66,59	21,56	15,12	37,75
Minas Gerais	23,31	20,54	41,93	6,68	5,17	16,80
Espírito Santo	23,76	22,13	33,80	7,75	7,07	11,93
Rio de Janeiro	19,91	19,44	34,34	6,34	6,18	11,34
São Paulo	15,87	15,39	27,00	5,06	4,93	7,96
Paraná	16,15	14,78	25,31	4,92	4,44	8,16
Santa Catarina	9,21	8,28	14,68	2,39	2,14	3,82
Rio Grande do Sul	15,09	14,48	19,10	4,38	4,08	6,34
Mato Grosso do Sul	19,49	19,16	22,55	5,33	5,32	5,40
Mato Grosso	18,58	17,95	22,05	4,42	4,01	6,69
Goiás	21,25	20,32	31,38	5,39	5,04	9,17
Distrito Federal	15,44	14,74	25,66	4,75	4,45	9,12

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019).

Como pode-se observar na Tabela 7, cerca de metade dos estados brasileiros possuem um *Headcount Ratio* de mais de 40% e um *Extreme Poverty Headcount Ratio* de em média 15%. Estados como Amazonas, Maranhão, Alagoas, Pará e Amapá se destacam por possuírem as maiores proporções de pobreza e extrema pobreza, sendo que Maranhão possui a maior proporção de pobres em âmbito urbano com 48,59%, e Amapá a maior proporção de pobres em âmbito rural com 78,58%. Em contrapartida, observa-se o estado de Santa Catarina que se destaca por possuir os índices de pobreza mais baixos, com um *Headcount* total de 9,21%, o único abaixo de 10%, seguido dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal, ambos com proporção de

pobreza em torno de 15%. De modo geral, observa-se que dentre todos os estados brasileiros apenas 11 possuem um *Headcount* inferior à média do Brasil, os demais possuem proporções de pobreza muito superiores à média nacional, demonstrando em parte o elevado nível de desigualdade social presente no país, tanto entre regiões como, e principalmente, entre áreas urbanas e rurais.

Por fim, cabe destacar a importância de se ter em mente as limitações das principais medidas de pobreza utilizadas: o *Headcount Ratio* e o *Per capita poverty gap*. Segundo Zheng (2002), tais medidas de pobreza não são sensíveis à distribuição de pobres e implicam, inclusive, em possíveis problemas de política econômica caso sejam os únicos indicadores a serem utilizados para a avaliação da pobreza. Pode-se citar como exemplo de problemas que podem ocorrer neste caso o fato do *Headcount Ratio* priorizar os indivíduos cuja renda está próxima da linha de pobreza ao invés de dar prioridade aos mais miseráveis, uma vez que é menos custoso retirar da condição de pobreza os indivíduos que estão próximos de tal linha. Outro exemplo que pode ser citado, neste caso referente ao *Per capita poverty gap*, diz respeito aos indivíduos que estão próximos à linha de pobreza e de alguma forma conseguem elevar suas rendas acima dela, fazendo com que o *Per capita poverty gap* possa aumentar ao invés de diminuir. Neste sentido, é relevante levar em consideração tais limitações na avaliação da pobreza e complementar a análise de tais indicadores com índices mais completos que levem em consideração a intensidade e a distribuição da pobreza e não somente sua proporção.

2.7 Considerações finais

A análise do panorama social brasileiro demonstra significativa persistência dos índices de pobreza monetária, e embora se verifique uma considerável melhora nas condições de insuficiência de renda durante o período que compreende a década de ouro, nota-se que grande parte da redução na proporção de pobres deve-se ao ciclo econômico favorável vivenciado no país, uma vez que logo após o fim do ciclo registra-se uma piora dos indicadores de pobreza. No que tange às políticas dedicadas ao combate da pobreza, ainda que se verifiquem efeitos positivos, o que se percebe nos resultados é que as políticas de assistência social implementadas no Brasil tem operado de forma a administrar a pobreza já existente em vez de combatê-la em essência, o que provoca uma condição de vulnerabilidade, onde o indivíduo se vê em uma situação de pobreza controlada, mas não superada.

Neste sentido, os resultados contribuem para demonstrar o elevado nível de pobreza monetária ainda presente no país, onde se observa que 28,09% da população se encontra em condição de pobreza, e 11,25% em situação de extrema pobreza. Os resultados se tornam mais preocupantes quando são analisados os índices de pobreza da região rural do Brasil. Neste caso, registra-se que mais de 52% da população rural do país se encontra em situação de pobreza monetária, e destes, cerca de 27% sobrevivem com até R\$ 238,5 mensais, se encontrando em condição de extrema pobreza. Tais resultados corroboram a ideia que tem sido levantada pela literatura, de que não será atingido o primeiro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), qual seja, erradicar a pobreza até 2030.

Além da elevada desigualdade existente entre as áreas urbanas e rurais do Brasil, registra-se uma grande diferença nos índices de pobreza de uma região para outra, onde se observa que as regiões Norte e Nordeste do país são as que apresentam os maiores índices de insuficiência de renda, principalmente em estados como Maranhão, Amazonas e Alagoas, diferente de estados localizados na região Sul, como Santa Catarina, que se destaca por apresentar as menores proporções de pobreza do Brasil.

Os maiores desafios para o futuro são articular políticas sociais de caráter preventivo que alcance os mais necessitados, de forma que a pobreza possa ser superada e não apenas administrada. Cumpre destacar que os resultados apresentados neste estudo devem ser avaliados com devida cautela, uma vez que os dados obtidos da PNAD Contínua são baseados em questionários com propensão a subdeclarações.

2.8 Referências

BANCO MUNDIAL. *Effects of the business cycle on social indicators in Latin America and the Caribbean: when dreams meet reality*. **The World Bank**, p. 70, 2019.

BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas – 1960/90. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.115-164, abr. 1995.

BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza multidimensional no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2006 (Texto para discussão, n.1227).

CORRÊA, A.J. **Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira, 1981 - 1990**. Editora Unimep, Piracicaba, SP, 1998. 260p.

ECLAC (*Economic Commission for Latin America and the Caribbean*). Quadrennial report on regional progress and challenges in relation to the 2030 Agenda for Sustainable Development in Latin America and the Caribbean. **ECLA**, 2019.

FAHEL, M.; TELES, L.R.; CAMINHAS, D.A. Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 31 n° 92 outubro/2016.

HAGENAARS, A.; DE VOS, K. *The definition and measurement of poverty*. **The Journal of Human Resources**, v. 23, n. 2, p. 211-221, Spring 1988.

HELFAND, S.M.; ROCHA, R.; VINHAIS, H.E.F. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil rural: uma análise da queda recente. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.39, n.1, abr. 2009.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda – Medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 1998. 275p.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. *In*: Desigualdade e Pobreza no Brasil, **IPEA**, Rio de Janeiro, 2000, pp. 81–108.

HOFFMANN, R.; JESUS, J.G.; ALMEIDA, S.S.P. A distribuição da renda no Brasil conforme PNAD: 1995-2017. Texto para Discussão n° 45 do **IEPE/Casa das Garças**, ag./2018. Nova versão nov./2018.

HOFFMANN, R. Distribuição do rendimento do trabalho e equações de rendimento dos setores agrícola e não agrícola, no Brasil, de 2012 a 2017. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 57° congresso, 2019a.

HOFFMANN, R. A distribuição da renda no Brasil e no setor agrícola. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 57° congresso, 2019b.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, **IBGE**, 2017.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

MORДУCH, J. *Poverty, Economic Growth, and Average Exit Time*. **Economics Letters**, v.59, p. 385-390, 1998.

NASSIF, A. A valsa não totalmente afinada de Laura Carvalho: um ensaio-resenha crítico de Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 23, p. 11-35, jul.-dez. 2018.

POCHMANN, M. Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes, **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n° 104, 637-649, out.-dez. 2010.

RAVALLION, M. *Poverty: the past, present and future*, **World Economic Forum**, 2016.

RODRIGUES, C.T.; HELFAND, S.M.; LIMA, J.E. Novas linhas de pobreza para o Brasil: uma análise a partir das pesquisas de orçamento familiares (POF) 2002-2003 e 2008-2009. **Economia Aplicada**, v. 22, n. 1, 2018, pp. 5-36.

SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial), 2018. Disponível em: < <http://www.cedlas.econo.unlp.edu.ar/wp/estadisticas/sedlac/estadisticas/>>. Acesso em: jun. 2019.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A.K. *Poverty: an ordinal approach to measurement*. **Econometrica** 44, p. 219-231, 1976.

SILVA, A.C.; BANDEIRA, E.S.F.; LOPES, E.B. Pobreza no Brasil: aspectos conceituais e o processo de construção histórica. V **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2011.

WATSS, H. *An Economic Definition of Poverty*. In: D. P. Moynihan (Ed.), **On Understanding Poverty**. New York: Basic Books, 1968.

ZHENG, B. *Aggregate Poverty Measures*. **Journal of Economic Surveys**. v.11, p. 123-162, 2002.

3 ARTIGO B

MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA POBREZA NO BRASIL

3.1 Resumo

A noção de que a pobreza é um fenômeno que afeta múltiplas dimensões da vida das pessoas tem sido mundialmente aceita, tanto por estudiosos do meio científico como pelas autoridades públicas e organismos multilaterais. Nessa perspectiva, fazendo uso de dados da PNAD contínua, para o período de 2016 a 2018, o presente estudo tem por objetivo analisar a atual situação da pobreza no Brasil através de uma combinação entre a tradicional medida de pobreza, baseada na insuficiência de renda, e o acesso a recursos não monetários, que representem as necessidades básicas da população – acesso à rede geral de distribuição de água, acesso à energia elétrica, presença de banheiros ou sanitários no domicílio ou propriedade e acesso ao serviço de coleta de lixo –, contemplando assim diferentes dimensões da pobreza da população. Neste sentido, analisando a pobreza no Brasil segundo uma abordagem multidimensional, este estudo permitiu concluir que aproximadamente um terço da população brasileira se encontra em situação de pobreza, seja ela monetária, de falta de acesso a recursos básicos ou ambas. Os resultados também demonstram que as maiores proporções de pobreza são encontradas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, sendo que no Norte se verificam os maiores níveis de pobreza em termos de acesso à recursos básicos e infraestrutura, e no Nordeste, os maiores percentuais em termos de pobreza monetária, demonstrando um elevado grau de concentração de pobreza nessas regiões, principalmente em suas áreas rurais, onde a proporção de pobres ultrapassa os 65%. Com relação ao principal programa de transferência de renda no Brasil, Bolsa Família, a focalização é baixa nas formas mais agudizadas de pobreza.

Palavras-chave: pobreza; múltiplas dimensões; insuficiência de renda; escassez de recursos.

3.2 Introdução

O estudo da pobreza e suas múltiplas dimensões tem se tornado cada vez mais importante para as autoridades públicas e para as sociedades num contexto geral. A busca pelo crescimento econômico significativo atrelado a um Produto Interno Bruto PIB – elevado, anteriormente almejado pelas nações, não é mais visto como uma prioridade se não existir uma contrapartida na evolução dos índices de desenvolvimento humano, na melhora da distribuição de renda e na expansão do emprego com melhores condições de trabalho e remuneração. O aumento da renda por si só, em países com elevadas taxas de desigualdade, pode significar que o crescimento ignora a população pobre. Neste sentido, é de suma importância que o crescimento seja acompanhado por uma distribuição igualitária do produto socialmente gerado e por melhorias nas condições de vida da população, que garantam o acesso às necessidades mínimas de sobrevivência, como educação, saneamento básico, saúde de qualidade, entre muitos outros recursos essenciais para uma vida digna e saudável (RAVALLION, 2016).

A análise e mensuração da pobreza segundo uma perspectiva unidimensional, em sua predominância tratada apenas como insuficiência de renda, tem sido muito bem documentada pela literatura ao longo do tempo, tanto em um contexto mundial como em estudos focalizados no Brasil. Segundo Barros, Carvalho e Franco (2006), a justificativa do uso de linhas de pobreza monetárias parte do princípio de que os indivíduos para terem acesso aos bens e serviços necessários ao seu bem-estar precisam participar de mercados em uma economia e, para tal, é essencial que possuam recursos monetários, tornando a insuficiência de renda um dos principais indicadores de carência ao longo da história.

Entretanto, embora a abordagem da pobreza monetária seja amplamente utilizada na literatura, verifica-se um consenso por parte do meio científico de que a pobreza é um fenômeno de múltiplas dimensões. Mesmo tendo ciência de tal fato, observa-se que poucos estudos empíricos têm analisado as várias dimensões da pobreza com a mesma profundidade que têm observado tal fenômeno pela ótica da insuficiência de renda, principalmente no Brasil, onde se verificam poucas iniciativas de estudos que abordem a pobreza segundo uma ótica multidimensional para abrangência nacional.

No caso brasileiro, observam-se inúmeros estudos que documentam a melhora dos indicadores de pobreza segundo uma perspectiva de insuficiência monetária e distribuição de renda. Pode-se citar, como exemplo, os trabalhos de Pochmann (2010a;

2010b), Hoffmann (1998a; 2000) e Helfand, Rocha e Vinhais (2009). De acordo com o relatório do Banco Mundial (2019), no intervalo de 2003 a 2013, período que compreende a chamada década de ouro, observou-se uma queda de mais de 20 pontos percentuais nos índices de insuficiência de renda no Brasil. Entretanto, dessa melhora na pobreza monetária no país, quais foram as consequências para as condições de vida e de bem-estar da população? Mais especificamente, em que situação se encontram as condições de vida da população brasileira em termos de acesso a recursos básicos, como acesso à energia elétrica, água encanada, saneamento básico, entre outros bens e serviços essenciais à sobrevivência humana?

Neste sentido, considerando que a pobreza é um fenômeno que afeta múltiplas dimensões da vida das pessoas, este estudo se propõe a avaliar a atual situação da pobreza no Brasil segundo uma perspectiva multidimensional, tendo como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) para os anos de 2016 a 2018, e fazendo uso da metodologia proposta por Kageyama e Hoffmann (2006) conjugada a Alkire e Foster (2011a), onde se analisa a pobreza a partir de uma combinação entre duas dimensões, a ótica da insuficiência de renda somada ao acesso a recursos não monetários considerados como essenciais para garantir um mínimo de bem-estar e conforto para a população, contemplando assim diferentes dimensões da pobreza no Brasil.

Desta forma, como em Kageyama e Hoffmann (2006), a pobreza é analisada a partir de duas naturezas. A primeira diz respeito à pobreza monetária, medida pela insuficiência de renda, derivada principalmente das condições de acesso ao mercado de trabalho e da eficácia dos programas sociais de focalização e transferência de renda. Já a segunda se refere à pobreza material, tal como analisado por Alkire e Foster (2011a), medida neste caso pelo acesso a quatro recursos não monetários, quais sejam, acesso à energia elétrica, acesso à rede geral de distribuição de água, presença de banheiros ou sanitários no domicílio ou propriedade e acesso ao serviço de coleta de lixo, recursos estes que dependem essencialmente de investimentos em infraestrutura e do desenvolvimento regional.

Ademais, como assevera Serra (2017), uma das questões mais evidenciadas na literatura sobre pobreza diz respeito às diferenças territoriais entre o meio urbano e o meio rural, no sentido de que os resultados têm demonstrado que a maior parte da população considerada como pobre, independente da abordagem metodológica que seja adotada, concentra-se nas áreas rurais. Desta forma, todas as análises e resultados

apresentados neste estudo buscam enfatizar as diferenças existentes entre as áreas urbanas e rurais do Brasil, a fim de demonstrar as disparidades setoriais no tocante à pobreza multidimensional.

Quanto à sua estrutura, o presente estudo é dividido em 4 seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, é apresentado um breve debate sobre a evolução dos estudos de pobreza multidimensional. Na seção seguinte, são descritas a metodologia e a base de dados utilizadas. Na terceira seção, é apresentado o debate sobre os principais resultados obtidos, sempre levando em consideração o contexto urbano-rural. Na última seção, é feita uma análise sobre a participação dos programas sociais de combate à pobreza em relação à proporção de pobres identificada nos resultados, mais especificamente, verifica-se qual o percentual de indivíduos, identificados como pobres segundo os critérios adotados neste estudo, que obtiveram acesso a programas de fomento social, como o Bolsa família. Por fim, as conclusões finais são apresentadas.

3.3 Evolução do estudo multidimensional da pobreza

O estudo da pobreza tem sido amplamente discutido na literatura ao longo do tempo, entretanto, o reconhecimento de que se caracteriza como um fenômeno de múltiplas dimensões é algo mais recente. Segundo Fahel, Teles e Caminhas (2016), pode-se identificar um avanço no pensamento social de que a pobreza vai além da mera insuficiência de renda a partir da década de 1990, por meio do primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), onde se verifica que as autoridades públicas e organismos multilaterais avançam nos debates sobre o desenvolvimento humano e reconhecimento de que o bem-estar e a qualidade de vida da população são fatores essenciais no combate à pobreza.

Por outro lado, embora se verifique um consenso, no pós 1990, de que a pobreza assume a forma de múltiplas dimensões, fica evidente a existência de uma grande divergência entre os pesquisadores do tema, sobre qual a melhor forma de se mensurar a pobreza segundo a ótica das múltiplas dimensões. Observam-se estudos com as mais variadas metodologias, com uso de diferentes dimensões e indicadores para avaliar a situação de pobreza da população. O que confirma tal fato é uso de diversos índices de pobreza multidimensional por parte de diferentes organismos multilaterais como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano apresentado pelo PNUD em seu

primeiro relatório, a abordagem das Necessidades Básicas Insatisfeitas utilizada pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) e os Índices de Pobreza Humana (IPH-1 e IPH-2) também apresentados pela PNUD (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006).

Além desses, outros índices e metodologias vêm sendo utilizados pelos estudiosos a fim de analisar a pobreza segundo uma abordagem de múltiplas dimensões. No caso internacional, pode-se citar rapidamente estudos como os de Amartya Sen e sua teoria do desenvolvimento humano (1983;1992;1993), onde se observam as primeiras análises no sentido de identificar a qualidade de vida dos indivíduos como um indicador de pobreza, utilizando características como fome e inanição, e introduzindo o pensamento de que a satisfação obtida perante um conjunto de bens e serviços é mais significativa no estudo da pobreza do que a simples posse ou não desses bens. Outros trabalhos de cunho internacional, como Dasgupta (1993) e Bradshaw e Finch (2003), também defendem que sejam empregadas diferentes medidas de pobreza, no sentido de que as políticas sociais deveriam dar prioridade aos grupos de pessoas cujas necessidades são afetadas por um maior número de dimensões de pobreza. Registra-se, nesse contexto, os Índices propostos por Alkire e Foster (2011a) de ampla cobertura internacional.

Segundo Barros, Carvalho e Franco (2006), ainda que se verifique o uso de diferentes índices em estudos aplicados, a grande maioria tenta seguir a metodologia proposta por Anand e Sen (1987), onde se analisa a pobreza multidimensional através dos Índices de Pobreza Humana (IPHS). De acordo com os referidos autores, embora a abordagem dos IPHS seja amplamente utilizada, as dimensões mais relevantes da pobreza para compor o arcabouço desses índices ainda estão longe de serem definidas, o que dificulta as análises e comparações entre estudos de diferentes autores.

No que tange ao Brasil, observa-se que a evolução do estudo sobre a pobreza se deu de forma predominantemente unidimensional, com trabalhos focados na mensuração da pobreza através de medidas de insuficiência calórica, fazendo uso de linhas de pobreza alimentar, em estudos como os de Hoffmann (1998b) e Rodrigues, Helfand e Lima (2018), ou através de medidas baseadas na insuficiência de renda, fazendo uso de linhas de pobreza monetária, em estudos como os de Pochmann (2010a) e Hoffmann (1998a). Todavia, embora se verifiquem poucas iniciativas de estudar a pobreza no Brasil seguindo uma abordagem multidimensional, alguns estudos se

mostram relevantes no que tange a mensurar as várias dimensões da pobreza no país, alguns destes mencionados a seguir.

Um exemplo de estudo que analisa as múltiplas dimensões da pobreza no Brasil é proposto Barros, Carvalho e Franco (2006), onde se observa um avanço no sentido de melhorar a eficiência dos IPHs. Nesse trabalho, os referidos autores propõem um índice sintético de pobreza familiar, capaz de estimar o grau de carência de cada família, diferente dos IPHs observados até então, que eram limitados a analisar a carência apenas em nível médio para grupos demográficos como países, estados ou municípios, não permitindo análises focalizadas em cada família. O índice proposto pelos autores avalia seis dimensões da pobreza (vulnerabilidade, acesso a trabalho, carências habitacionais, acesso a conhecimento, escassez de recursos e desenvolvimento infantil), cada dimensão composta por 26 componentes, que por sua vez são compostos por 48 indicadores, extraídos dos microdados da PNAD para os anos de 1993 e 2003. Tal índice de pobreza familiar permitiu com que fosse possível verificar o nível de carência de cada família e focalizar o estudo por grupos vulneráveis, como famílias chefiadas por mulheres, ou famílias compostas por negros, crianças ou idosos, possibilitando assim análises mais apuradas no sentido de identificar os grupos de indivíduos com maior nível de carência em cada uma das dimensões analisadas.

Outro estudo que se propôs a avaliar as várias dimensões da pobreza no Brasil foi o de Fahel, Teles e Caminhas (2016). Segundo os autores, os métodos de mensuração da pobreza no Brasil, baseados exclusivamente em medidas unidimensionais, se mostram insuficientes para captar todas as necessidades dos grupos de indivíduos mais pobres, fazendo com que seja necessário expandir o escopo da análise da pobreza através de medidas multidimensionais. Neste sentido, os referidos autores enfrentam o desafio de analisar as múltiplas dimensões da pobreza com base na metodologia proposta por Alkire e Foster (2011a; 2011b), através da modelagem do Índice de Pobreza Multidimensional global (IPM). De forma sintética, o IPM utilizado no estudo pode ser definido como o produto de dois outros índices, o primeiro diz respeito à incidência de pobreza e o segundo aborda a questão da intensidade da pobreza. Desta forma, os pesquisadores avaliam a situação de pobreza no Brasil com base em 3 dimensões, quais sejam a educação, a saúde e o padrão de vida, analisadas a partir de 9 indicadores, extraídos a partir dos microdados das PNADs de 2002, 2007, 2012 e 2013.

Por fim, apresenta-se o estudo proposto por Kageyama e Hoffmann (2006), no qual os pesquisadores avaliam a situação da pobreza no Brasil a partir de uma combinação entre a tradicional medida de insuficiência de renda, mensurada a partir de uma linha de pobreza monetária de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (s.m) *per capita*, combinada com aspectos relativos à qualidade de vida da população, mensurados através do acesso a pelo menos três recursos considerados básicos (água canalizada, luz elétrica e banheiro), contemplando desta forma diferentes dimensões da pobreza. Neste sentido, baseado nos microdados da PNAD, para o período de 1992 a 2004, os referidos autores analisam a condição de pobreza classificando os indivíduos pobres em três grupos. No primeiro grupo, nomeado como pobres tipo I, estão inseridos aqueles cuja pobreza é definida como essencialmente insuficiência de renda; o segundo grupo, pobres tipo II, agrega o conjunto de indivíduos que não possuem acesso a pelo menos dois dos três recursos básicos já mencionamos; e o último grupo, designado de extremamente pobres, onde se observam os indivíduos de baixa renda e sem acesso aos três recursos básicos.

Como mencionado anteriormente, a metodologia utilizada no presente estudo é baseada na abordagem proposta por Kageyama e Hoffmann (2006). Entretanto, foram adotadas algumas diferenças metodológicas, principalmente no que tange ao número de indicadores utilizados para mensurar a pobreza. Tais alterações são especificadas no detalhamento da metodologia, que segue.

Antes de avançar, é relevante destacar o fato de que o reduzido número de estudos de natureza multidimensional no Brasil é derivado principalmente do problema da escassez de dados. Uma vez que análises de múltiplas dimensões são mais abrangentes, exigindo um maior número de informações, que muitas vezes não são disponibilizadas ou estão incompletas para diferentes períodos de tempo. Como exemplo, registra-se o caso da PNAD contínua, banco de dados utilizado neste estudo, que apesar de possuir pesquisas anuais desde 2012, só disponibilizou dados sobre as características de habitação da população, informações imprescindíveis para as análises multidimensionais, para os anos de 2016, 2017 e 2018.

3.4 Metodologia

O banco de dados utilizado no presente estudo provém dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD contínua), sendo o período analisado de 2016 a 2018. É importante mencionar que o curto período de tempo analisado neste trabalho é justificado pelo fato do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE) só ter disponibilizado os dados referentes às características de habitação da população, dados que possuem informações essenciais para as análises de múltiplas dimensões, para os anos de 2016, 2017 e 2018, o que prejudica análises para maiores períodos de tempo.

Outro ponto relevante a ser destacado, é o fato de que a coleta de dados da PNAD contínua é realizada ao longo do ano, fazendo com que seja necessária a uniformização das unidades de medidas monetárias. Desta forma, para deflacionar os rendimentos analisados, afim de identificar a dimensão da pobreza referente à insuficiência de renda, optou-se por usar como deflator trimestral a média geométrica dos valores do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), defasando-se em um mês cada trimestre, tendo como referência os preços de setembro/outubro e novembro de 2018.

Neste sentido, seguindo a metodologia proposta por Kageyama e Hoffmann (2006), foram determinados quatro grupos dentro da população estudada, definidos de acordo com suas características referentes à insuficiência de renda e à carência de recursos básicos. Para a avaliação concernente à insuficiência de renda, foi estabelecida uma linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ s.m. *per capita*, desta forma, levando em consideração o valor do salário mínimo de 2018 (R\$ 954), a linha de pobreza monetária ficou definida como R\$ 477 – em reais de 2018. A contagem de recursos básicos baseia-se no proposto por Alkire e Foster (2011a).

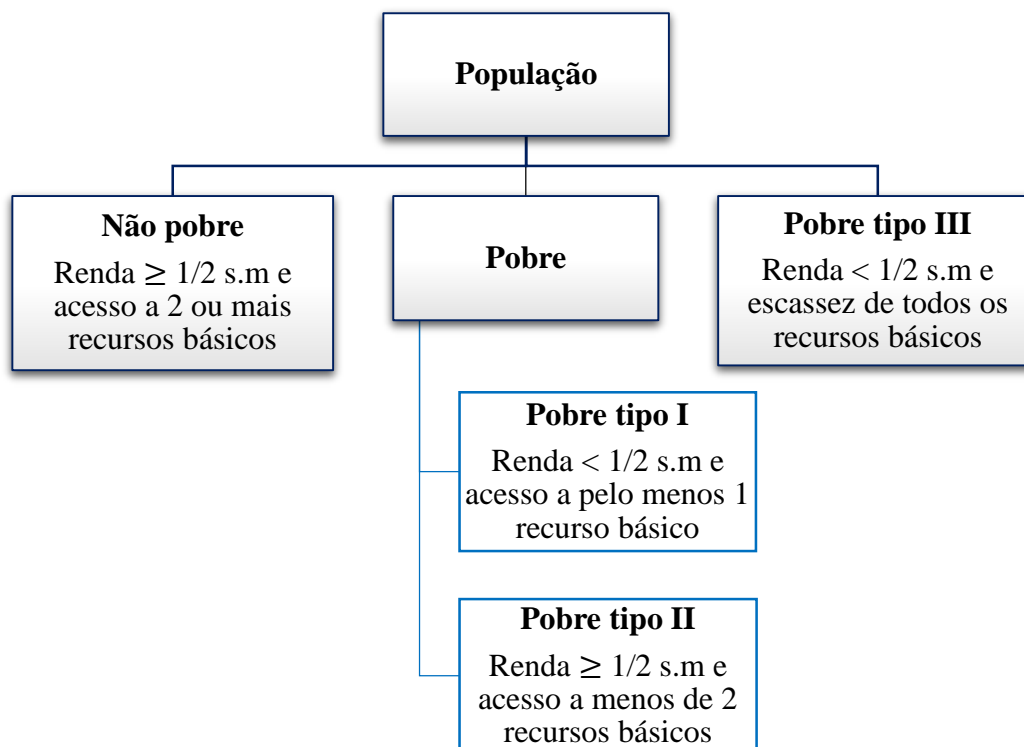
Quanto aos indicadores utilizados, no caso da dimensão referente à insuficiência de renda, optou-se por utilizar como parâmetro o rendimento domiciliar *per capita*, variável VD5008 da PNAD contínua. Já no caso das dimensões referentes ao desenvolvimento social e à qualidade de vida, foram escolhidos quatro indicadores não monetários que demonstram as condições habitacionais da população, sendo eles: acesso à rede geral de distribuição de água em pelo menos um cômodo, acesso à rede geral de energia elétrica, presença de banheiros ou sanitários no domicílio ou na propriedade, e acesso à coleta de lixo ou serviço de limpeza. Tais indicadores foram qualificados como recursos básicos, essenciais para o bem-estar da população e disponibilizados predominantemente por mecanismos públicos.

Estabelecida a linha de pobreza monetária e os quatro recursos básicos a serem utilizados, definiram-se as quatro categorias de indivíduos a serem estudadas da seguinte forma:

- 1) A primeira categoria, nomeada de **não pobre**, é composta pelos indivíduos que possuem pelo menos dois dos quatro recursos básicos definidos, e cujo rendimento domiciliar *per capita* é igual ou superior à linha de pobreza monetária de $\frac{1}{2}$ s.m. *per capita*.
- 2) A segunda categoria, definida como **pobre tipo I**, é composta pelos indivíduos que possuem rendimento domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza monetária de $\frac{1}{2}$ s.m. *per capita*, e cujo domicílio tem acesso a pelo menos um dos quatro recursos básicos.
- 3) O terceiro grupo estudado, qualificado como **pobre tipo II**, é composto pelos indivíduos cujo rendimento domiciliar *per capita* é igual ou superior à linha de pobreza monetária de $\frac{1}{2}$ s.m. *per capita*, e que habitam em domicílios com acesso a menos de dois recursos básicos.
- 4) O último grupo analisado, definido como **pobre tipo III**, é composto pelos indivíduos que possuem rendimento domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza monetária de $\frac{1}{2}$ s.m. *per capita*, e cujo domicílio não possui acesso a nenhum dos recursos considerados básicos, se encontrando em condição de privação total dos recursos, tanto materiais quanto monetários.

Na Figura 4, que segue, é apresentado um esquema ilustrativo das categorias de pobreza aqui definidas.

Figura 4 – Esquema da população conforme categorias de pobreza.



Fonte: elaborado pelos autores com base em Kageyama e Hoffmann (2006).

Por fim, cabe destacar que todos os cálculos foram realizados levando em consideração os fatores de expansão da amostra fornecidos pelo IBGE (variável V1032), além de ter-se limitado a análise apenas aos indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes com 14 ou mais anos de idade. Ademais, foram excluídos da amostra todos os indivíduos cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

3.5 Resultados e discussões

Segundo dados do IBGE (2019), em 2018 a população brasileira era composta por cerca de 207,9 milhões de pessoas, sendo que a distribuição populacional, analisada de acordo com a situação censitária do domicílio (urbano ou rural), se estabeleceu na proporção de 85,62% nas áreas urbanas – 178 milhões de pessoas – e 14,38% nas áreas rurais, computando um total de 29,9 milhões de pessoas residentes. Entretanto, no que concerne à distribuição da pobreza em território nacional, observa-se que esta difere de forma substancial de sua distribuição urbano-rural. Tal fato é apresentado na Tabela 8, que segue, onde se verifica que os maiores contingentes de pobreza são localizados nas áreas rurais do Brasil.

Tabela 8 – Proporção de pobres e não pobres por categoria de pobreza, em %, Brasil, de 2016 a 2018.

<div style="display: inline-block; transform: rotate(-45deg);">Ano</div> <div style="display: inline-block; transform: rotate(45deg);">Categoria</div>	Não pobre	Pobre I	Pobre II	Pobre III	Total de pobres
2016					
Total	69,34	30,28	0,26	0,12	30,66
Urbano	73,80	26,20	0,00	0,00	26,20
Rural	43,07	54,35	1,78	0,80	56,93
2017					
Total	70,54	28,85	0,35	0,26	29,46
Urbano	74,81	25,17	0,02	0,00	25,19
Rural	44,67	51,12	2,41	1,80	55,33
2018					
Total	71,57	27,83	0,36	0,24	28,43
Urbano	75,94	24,04	0,02	0,00	24,06
Rural	45,53	50,44	2,37	1,66	54,47

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019).

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 8, pode-se verificar que uma grande parcela da população brasileira se encontra em situação de pobreza, onde se estima que o número total de pobres atingiu o montante de mais de 59 milhões de pessoas no ano de 2018, representando aproximadamente 28,43% da população. Ademais, identifica-se também uma grande disparidade entre os índices de pobreza das áreas urbanas em relação às áreas rurais, onde ao longo de todo período analisado observa-se que as proporções de pobreza são significativamente maiores nas áreas rurais. Tal fenômeno é constatado em todas as categorias de pobreza, tanto nas que predomina a pobreza monetária, quanto nas que demonstram a falta de acesso a recursos básicos e de infraestrutura. No que tange à distribuição da pobreza em relação ao tipo de categoria, nota-se a predominância da participação da pobreza tipo I, que em 2018 representava aproximadamente 97,89% da pobreza total do país, demonstrando que de modo geral a pobreza monetária é a que tem afetado em maior magnitude a população, tanto urbana quanto rural.

No que se refere às variações ao longo do tempo observa-se que ocorreu um significativo aumento nas pobrezas tipo II e III, que cresceram cerca de 34,61% e 116,66% respectivamente, entre os anos de 2016 e 2017, com uma tímida recuperação em 2018. Deve-se destacar, que embora a proporção de pobres tipo II e III seja relativamente pequena, quando comparada com a de tipo I, em conjunto estas representaram em 2018 um montante de mais de 1,2 milhões de pessoas sobrevivendo

com acesso a no máximo um dos quatro recursos considerados como básicos neste estudo, demonstrando que os indicadores de infraestrutura sofreram significativa piora ao longo do intervalo estudado. Tal constatação é reforçada pelo fato de que a pobreza de tipo I, definida principalmente pela insuficiência de renda, se mostrou decrescente em todo o período analisado. Destaca-se também que a piora dos indicadores de infraestrutura, identificada pelo aumento nas proporções de pobres tipo II e III, se deu exclusivamente nas áreas rurais, uma vez que a proporção para estas categorias se manteve constante nas áreas urbanas.

Em suma, verifica-se uma pequena redução na pobreza total do país, resultado exclusivamente da queda na proporção de pobres tipo I, uma vez que as demais categorias se mostraram crescentes no período. Salienta-se também, que embora se observe tais quedas na pobreza geral, a proporção de pobres no Brasil ainda se mostra bastante elevada, principalmente nas áreas rurais, onde mais de 50% da população se encontra em situação de pobreza, seja ela monetária ou de falta de acesso a infraestrutura básica. Ademais, é importante destacar que os resultados apresentados como 0,00% neste estudo não significam que não existam indivíduos em determinada categoria de pobreza, mas sim que o percentual de pessoas não é grande o bastante para ser representado em apenas duas casas decimais.

Além da elevada disparidade entre as proporções urbano-rurais, a distribuição da pobreza no Brasil também se mostra bastante desigual no contexto das macrorregiões. Neste sentido, é apresentada na Tabela 9 a proporção de pobres por categoria de pobreza para cada macrorregião do país, a fim de identificar quais as regiões mais carentes, tanto em termos de insuficiência de renda quanto de acesso a infraestrutura básica.

Tabela 9 - Proporção de pobres e não pobres por categoria de pobreza, em %, por região do Brasil, de 2016 a 2018.

Categoria Regiões	Não Pobre		Pobre I		Pobre II		Pobre III	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
2016								
Norte	56,91	27,05	43,08	65,35	0,00	3,82	0,00	3,78
Nordeste	56,51	29,45	43,48	67,81	0,01	2,24	0,00	0,50
Centro-Oeste	78,89	66,43	21,11	32,03	0,01	1,34	0,00	0,20
Sudeste	80,93	59,56	19,07	39,87	0,00	0,41	0,00	0,16
Sul	85,74	74,64	14,25	25,10	0,01	0,25	0,00	0,01
2017								
Norte	59,29	27,96	40,62	54,75	0,08	6,32	0,01	10,97
Nordeste	59,09	30,20	40,88	66,69	0,02	2,60	0,00	0,51
Centro-Oeste	80,75	68,52	19,25	28,95	0,00	2,16	0,00	0,37
Sudeste	80,76	62,77	19,23	36,59	0,00	0,53	0,01	0,11
Sul	86,71	79,24	13,29	20,29	0,00	0,45	0,00	0,01
2018								
Norte	60,28	28,80	39,68	56,10	0,04	5,90	0,00	9,20
Nordeste	60,00	30,83	39,94	65,62	0,05	2,77	0,01	0,77
Centro-Oeste	81,42	73,24	18,56	25,96	0,02	0,69	0,00	0,10
Sudeste	82,36	63,80	17,63	35,45	0,00	0,69	0,00	0,06
Sul	86,87	79,44	13,13	20,23	0,00	0,32	0,00	0,01

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019).

Como pode-se observar na Tabela 9, existe uma grande diferença na distribuição da pobreza entre as macrorregiões do Brasil, onde as regiões Norte e Nordeste se destacam por apresentarem as maiores proporções de pobreza em todas as categorias analisadas, tanto no âmbito urbano quanto no rural. Nestas regiões, a proporção total de pobres supera os 65% nas áreas rurais e atinge mais de 40% da população urbana. Tais resultados são preocupantes, uma vez que em conjunto as regiões Norte e Nordeste abrigam mais de um terço da população brasileira, sendo a região Nordeste a macrorregião com a segunda maior participação populacional no Brasil, detendo em seu território mais de 56,6 milhões de pessoas, perdendo apenas para a região Sudeste, que possui uma participação populacional de aproximadamente 42%.

No que tange às variações regionais na distribuição da pobreza ao longo do tempo (Tabela 9), verifica-se que as alterações mais significativas são observadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Na região Norte, identificam-se quedas na proporção de pobres tipo I de aproximadamente 14,15% nas áreas rurais e de 7,89% nas áreas urbanas. Entretanto, tal redução na pobreza tipo I é compensada pelo significativo aumento nas pobrezas tipo II e III, que cresceram respectivamente 54,4% e

143,4%, demonstrando que as variações observadas na Tabela 8, em relação às pobreza de tipo II e III para o Brasil como um todo, devem-se basicamente à expressiva piora nas condições de infraestrutura da região Norte, principalmente em sua área rural, onde se observa que cerca de 9,20% da população se encontra em situação de extrema pobreza (pobre tipo III), evidenciando uma maior fragilidade desta região quanto ao acesso à recursos básicos como distribuição de água, luz elétrica e coleta de lixo. Já nas regiões Nordeste e Centro-Oeste também se observam aumentos nas pobreza de tipo II e III, entretanto, em quantidades bem menos expressivas que as observadas na região Norte. Quanto às demais regiões, destaca-se o bom desempenho da região Sul, sendo a região que apresenta as menores proporções de pobreza em todas as categorias analisadas, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais.

Dada a expressiva piora identificada nas categorias de pobreza que representam os indicadores de infraestrutura, torna-se relevante demonstrar a proporção de indivíduos que tem acesso a cada um dos recursos considerados como básicos neste estudo. Neste sentido, é exposto na Tabela 10, que segue, o percentual da população que tem acesso a cada recurso básico, apresentados de acordo com a região e situação censitária do domicílio.

Tabela 10 – Proporção da população que tem acesso a cada um dos recursos básicos, em %, por região do Brasil, 2018.

Recursos Regiões	Distribuição de água		Energia elétrica		Banheiros/ Sanitários		Coleta de lixo	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Norte	69,40	20,55	99,70	83,37	96,33	66,60	96,79	17,70
Nordeste	91,62	43,90	99,81	98,22	98,28	80,74	97,53	34,84
Centro-Oeste	95,19	16,38	99,90	99,26	99,94	99,09	99,53	30,97
Sudeste	96,90	25,37	99,96	99,54	99,91	96,83	99,47	56,30
Sul	96,94	34,21	99,91	99,74	99,86	99,08	99,24	62,54
Brasil	93,39	34,45	99,89	96,70	99,24	85,27	98,78	40,08

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019).

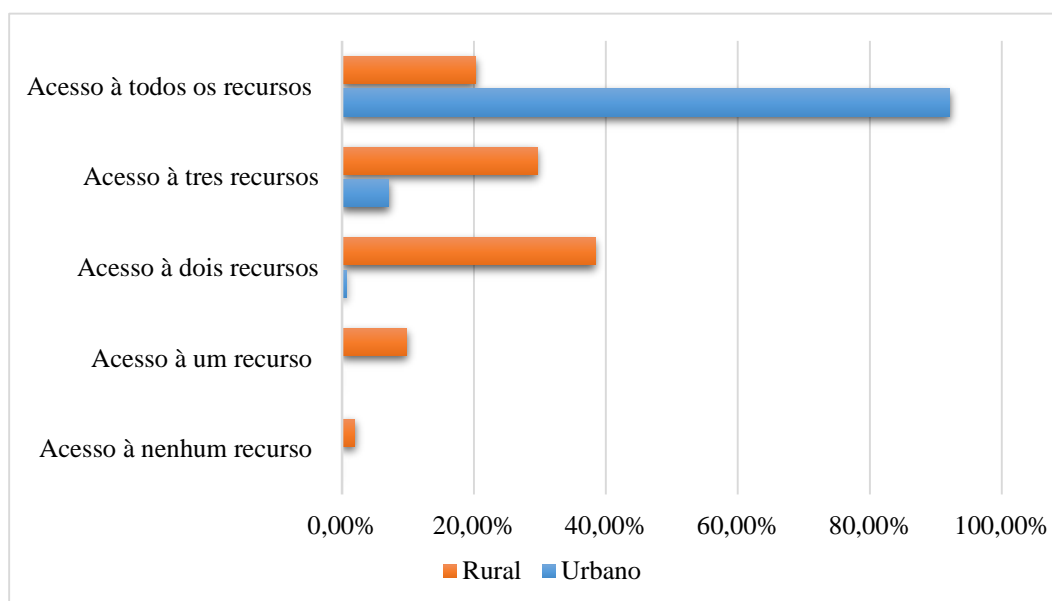
Conforme exposto na Tabela 10, observa-se a grande desigualdade existente entre as áreas urbanas e rurais quanto ao acesso aos serviços de distribuição de água e coleta de lixo. Tal disparidade é verificada em todas as macrorregiões do Brasil, inclusive nas regiões que apresentam as menores proporções de pobreza, como a região Sul. No caso da distribuição de água, identifica-se que apenas 34,45% da população rural do Brasil possui acesso a tal recurso, sendo nas regiões Centro-Oeste e Norte do país onde se

observam as menores proporções de acessibilidade a este recurso, com percentuais de apenas 16,38% e 20,55%, respectivamente. Ainda quanto ao acesso à distribuição de água na área rural, nota-se que embora a região Sul apresentasse as menores proporções de pobreza de tipo II e III, é na região Nordeste que se observam as maiores participações quanto ao acesso ao recurso hídrico.

No tange ao serviço de coleta de lixo (Tabela 10), observa-se mais uma vez que a população rural das regiões Norte e Centro-Oeste são as que apresentam as menores proporções quanto ao acesso a este recurso, com participações de 17,70% e 30,84% respectivamente. No caso do Brasil como um todo, nota-se que aproximadamente 40% da população rural possui acesso a tal serviço, demonstrando que a maior parte do lixo e resíduos produzidos nas áreas rurais tem como destino enterro nas propriedades, queimadas, descartes em terrenos baldios, entre outros destinos, provocando externalidades tanto para o meio ambiente quanto para a saúde da própria população.

Quanto aos recursos de distribuição de energia elétrica e posse de banheiros ou sanitários no domicílio ou propriedade (Tabela 10), identifica-se que tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais a maior parte dos indivíduos possui acesso a tais recursos. Neste sentido, observa-se que no que toca à população urbana a grande maioria possui acesso aos quatro tipos de recursos considerados como básicos neste estudo, com exceção da população da região Norte, que apresenta certo nível de carência até nas áreas urbanas. Já nas áreas rurais, verifica-se que a maior parte da população tem acesso à dois ou três recursos básicos simultaneamente, sendo que apenas uma pequena parcela detém posse de todos os quatro recursos básicos. Tal fato é apresentado na Figura 5, na sequência.

Figura 5 – Proporção de indivíduos com acesso aos recursos básicos, em %, por situação censitária, Brasil, 2018.



Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019).

Como analisado anteriormente, a categoria de pobreza que mais tem afetado a população brasileira como um todo, é a pobreza tipo I, que é representada principalmente pela insuficiência de renda, também conhecida como pobreza monetária. Tal fato é alarmante, uma vez que o Brasil é um mercado, historicamente, por elevados níveis de desigualdade na distribuição de renda. Neste sentido, apresenta-se na Tabela 11, a renda média domiciliar *per capita* e o índice de Gini para cada uma das categorias de pobreza aqui estudadas.

Tabela 11 – Renda média domiciliar *per capita* e índice de Gini, por categoria de pobreza, em R\$ de setembro/outubro/novembro de 2018, Brasil, 2018.

Categoria	Renda média <i>per capita</i>		Índice de Gini	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Não pobre	1752,46	1156,14	0,451	0,346
Pobre I	266,66	220,72	0,278	0,335
Pobre II	872,20	827,22	0,235	0,228
Pobre III	175,48	176,81	0,262	0,348
Total	1361,04	658,26	0,531	0,514

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019).

Nota: deflacionado pelo INPC – IBGE.

Pelos dados da Tabela 10 pode-se observar a enorme disparidade existente entre os rendimentos médios da categoria dos não pobres em relação aos pobres tipo I e III – cuja classificação depende em grande escala da insuficiência de renda –, onde se verifica que a renda média dos não pobres, nas áreas urbanas, é cerca de seis vezes maior que a renda média dos pobres tipo I e aproximadamente dez vezes maior que a renda dos pobres tipo III. Nas áreas rurais, a diferença de rendimento entre estas categorias diminui um pouco em relação à observada no contexto urbano, entretanto, ainda permanece bastante elevada para os padrões atuais, onde sociedades pregam a igualdade e o combate à pobreza.

Outro ponto a se destacar, é que embora a linha de pobreza monetária adotada neste estudo seja de meio salário mínimo (R\$ 477), verifica-se que a renda média das categorias de pobres tipo I e III representavam, respectivamente, 25,91% e 18,53% do valor do salário mínimo de 2018, demonstrando que tais categorias de pobreza obtiveram rendimentos médios muito inferiores à linha de pobreza aqui estabelecida. Quanto às diferenças urbano-rurais, identifica-se que a maior disparidade em nível de rendimento médio entre as áreas é observada na categoria dos não pobres, uma vez que na categoria dos pobres tipo III o rendimento das áreas rurais chega a superar o das áreas urbanas.

No que tange à distribuição de renda, analisada de acordo com o índice de Gini (Tabela 11), nota-se que os maiores níveis de desigualdade são encontrados na categoria que detém a maior parcela da renda, os não pobres. Em relação à desigualdade dentro das áreas urbanas e rurais, nota-se que nas categorias que possuem renda superior à linha de pobreza monetária (Não pobres e Pobres tipo II), a desigualdade se mostra mais elevada nas áreas urbanas do que nas áreas rurais. Já nas categorias em que predomina a insuficiência de renda (Pobres tipo I e III), o índice de Gini se mostra mais elevado nas áreas rurais e não nas urbanas.

Dado o elevado grau de desigualdade na distribuição de renda do Brasil, é relevante observar a influência e eficácia dos programas de focalização e transferência de renda no combate aos vários níveis de pobreza. Neste sentido, na próxima seção, é realizada uma breve discussão a respeito da participação do programa Bolsa Família em relação às categorias de pobreza aqui analisadas, principal programa de transferência de renda e enfrentamento da pobreza no Brasil.

3.6 Eficácia dos programas sociais: Bolsa família

Como já mencionado, o Brasil é um país que apresenta elevados índices de desigualdade na distribuição do produto socialmente gerado. Tais desigualdades podem desencadear em externalidades negativas para a sociedade, como aumento das taxas de criminalidade, comportamentos não cooperativos entre os indivíduos, prejudicar o crescimento econômico e principalmente aumentar as taxas de pobreza no país. Desta forma, em países com altos níveis de pobreza e desigualdade torna-se necessária a intervenção estatal, no sentido de instituir políticas antipobreza que auxiliem a população mais carente a manter condições mínimas de sobrevivência. No caso brasileiro, destaca-se o principal programa vigente de transferência de renda, o Bolsa Família (HUMAN, 2016; IBGE, 2017).

De acordo com Gonçalves, Menicucci e Amaral (2017), o programa Bolsa Família (PBF), instituído em Outubro de 2003 durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de outros programas existentes, tem como principal objetivo combater as elevadas taxas de desigualdade e a extrema pobreza presentes no Brasil. O programa foi planejado para funcionar como um sistema de transferência condicionada de renda, onde mediante um valor mensal a família se compromete a cumprir uma série de condicionalidades referentes a determinadas áreas de interesse do governo, como saúde, assistência social e principalmente educação. Neste sentido, dada a importância do programa para redução da pobreza e desigualdade no país, é apresentada na Tabela 12 a proporção de pessoas que foram beneficiadas pelo PBF de acordo com a categoria de pobreza a qual estavam inseridas em 2018.

Tabela 12 – Proporção da população beneficiada pelo programa Bolsa Família, por categoria de pobreza, em %, Brasil, 2018.

Categoria	Participação de cada categoria de pobreza em relação ao total de pessoas que tem acesso ao Bolsa Família			Proporção de pessoas beneficiadas pelo programa Bolsa Família, em relação ao total de cada categoria		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Não pobre	24,67	29,19	14,96	1,61	1,43	3,39
Pobre I	73,96	70,78	80,80	12,40	10,95	16,52
Pobre II	0,55	0,03	1,68	7,27	6,60	7,30
Pobre III	0,82	0,00	2,57	15,86	5,04	15,98

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019).

Em 2018, de acordo com os dados da PNAD contínua, o número de beneficiados pelo PBF atingiu o montante de 9,7 milhões de pessoas, representando aproximadamente 4,67% da população brasileira e apenas 16,42% do total de pobres no país. Destes beneficiados, cerca de 6,6 milhões residiam em áreas urbanas e 3,1 milhões eram moradores de áreas rurais. Demonstrando que embora o programa atenda um grande número de pessoas, sua cobertura ainda está longe de ser o ideal, uma vez que a maior parte da população considerada como pobre não possui acesso à tal benefício.

No que tange à população que possui acesso ao Bolsa Família, pode-se verificar nos resultados da Tabela 12, que a categoria de pobreza que apresenta a maior participação em relação ao grupo de pessoas beneficiadas pelo programa são os pobres tipo I, com proporções de 70,78% nas áreas urbanas e 80,80% nas áreas rurais. Como observado, a categoria que possui a segunda maior participação quanto ao acesso ao Bolsa Família são os não pobres, tal fato pode ser justificado por duas hipóteses. A primeira diz respeito à população que se encontra em situação de vulnerabilidade, que são as pessoas que possuem rendimentos superiores à linha de pobreza, não se enquadrando na categoria de pobres, mas que vivem em condições muito semelhantes aos mesmos. Tal grupo de pessoas está sujeito a cair na zona de pobreza caso ocorra algum choque ou crise econômica, qualificando-os como vulneráveis. A segunda hipótese se relaciona ao problema de má fiscalização e subdeclarações, onde pessoas que não se encontram em situação de pobreza obtêm acesso ao benefício.

Quanto à proporção de pessoas beneficiadas pelo PBF em relação ao total de cada categoria (Tabela 12), pode-se observar que embora a categoria tipo I de pobreza seja predominante em relação ao total de beneficiados, quando se analisa em consideração ao total de sua própria categoria as proporções são significativamente menores, onde se verifica que apenas 12,40% da população pobre I possui acesso ao benefício. No caso da pobreza tipo III, a proporção de pessoas que possui acesso ao PBF em relação à sua própria categoria se mostra maior do que a observada no caso dos pobres tipo I. Entretanto, por se tratar da categoria de pobreza que representa o grupo de pessoas em pior situação, privados tanto de renda quanto de acesso à recursos básicos, esperava-se uma participação mais significativa do que apenas 15,86%. Demonstrando que o PBF não tem atingido com eficiência a população mais carente do país, aqueles que se encontram na forma mais agudizada de pobreza.

Em complemento, de acordo com IBGE (2017), registra-se no caso brasileiro que a pobreza apresenta sobre representatividade em jovens e crianças, com proporção

de mais de duas vezes em relação à população total. Para tanto, cumpre examinar se o principal programa de transferência de renda vigente no Brasil – Bolsa Família – tem focalizado bem essa parcela da população. Neste sentido, a Tabela 13 mostra a proporção da população por categoria de pobreza de acordo com o estrato de idade e o percentual de jovens com até dezessete anos que são beneficiados pelo PBF.

Tabela 13 – Proporção de pessoas com ≤ 17 anos beneficiadas pelo programa Bolsa Família e categorias de pobreza por estrato de idade, em %, Brasil, 2018.

Categoria	Parcela da população pobre e não pobre por estrato de idade			Proporção de pessoas ≤ 17 anos beneficiadas pelo programa	
	Total	≤ 17	> 17	PBF	Não PBF
Não pobre	71,57	54,01	77,34	48,10	51,89
Pobre I	27,83	45,48	22,07	47,73	52,26
Pobre II	0,36	0,17	0,41	43,33	56,66
Pobre III	0,24	0,44	0,18	51,44	48,55
Total				47,94	52,05

Fonte: elaborado pelos autores segundo dados do IBGE (2019).

Como pode-se observar (Tabela 13), quando se divide a população por estratos de idade nota-se o quão expressiva é a proporção de jovens e crianças em situação de pobreza, principalmente quando comparada com o restante da população. Nesta, verifica-se que aproximadamente 46,09% dos jovens com idade até dezessete anos se encontram em condição de pobreza, sendo que destes, cerca de 45,48% estão inseridos na categoria de pobreza tipo I, pobres pela renda. Quando se analisa a mesma situação para a população com idade acima de dezessete anos, nota-se que as proporções de pobreza são significativamente menores, sendo que neste caso mais de 77% são considerados como não pobres e apenas 22,07% se encontram em condição de pobreza tipo I. Demonstrando que de fato, a representatividade da pobreza em relação aos jovens e crianças é bem mais severa do que a observada no restante da população. Cumpre destacar, que o corte realizado por estrato de idade neste estudo – 17 anos ou menos – deve-se ao fato de que uma das condições para se obter acesso ao benefício do PBF é a presença de jovens entre zero e dezessete anos na composição da família.

No que tange à proporção de jovens com até dezessete anos quanto ao acesso ao Programa Bolsa Família (Tabela 13), nota-se que, de modo geral, menos da metade dos jovens e criança considerados como pobres são beneficiados pelo programa. No caso da

pobreza tipo I, verifica-se que apenas 47,73% dos jovens inseridos nessa categoria de pobreza são beneficiados pelo PBF. Já no caso da pobreza de tipo III, a camada da população que se encontra em extrema fragilidade, observa-se que somente 51,44% dos jovens e criança pertencentes a esta categoria possuem acesso ao Bolsa Família, demonstrando mais uma vez que embora o programa tenha apresentando resultados significativos ao longo do tempo, sua cobertura não tem focalizado com efetividade a parcela da população que mais necessita e que se encontra nas formas mais agudizadas de carência.

3.7 Considerações finais

A adoção de análises de pobreza segundo perspectivas multidimensionais tem se mostrado relevantes no sentido de auxiliar a condução de políticas públicas direcionadas à população mais carente, demonstrando necessidades que vão além da mera insuficiência de renda. Neste sentido, este estudo se propôs a avaliar as condições de pobreza no Brasil seguindo uma abordagem que combina duas dimensões. A primeira diz respeito à pobreza monetária, mensurada a partir de uma linha de pobreza de meio salário mínimo, e a segunda refere-se às condições de acesso à infraestrutura básica no domicílio, analisadas a partir do acesso a quatro recursos considerados como essenciais, necessários para garantir um mínimo de conforto e bem estar.

Neste sentido, os resultados contribuem para demonstrar o elevado grau de pobreza ainda presente no Brasil, onde se observa que mais 59 milhões de pessoas se encontram em situação de pobreza, representando aproximadamente 28,43% da população total brasileira. Ademais, destaca-se a grande disparidade existente entre as áreas urbanas e rurais, onde os indicadores de pobreza se mostram muito mais severos no meio rural.

A análise da distribuição da pobreza de acordo com cada categoria demonstrou que a pobreza tipo I, medida principalmente pela insuficiência de renda, é predominante em todas as regiões, representando cerca de 97,89% da pobreza total do país. Esta se mostrou decrescente ao longo do período analisado, levando a uma redução na pobreza de modo geral, uma vez que é a categoria de pobreza que mais afeta a população. Entretanto, quando se avaliam as pobrezas tipo II e III, observa-se que estas foram crescente no período, demonstrando uma significativa piora dos indicadores de infraestrutura.

Quanto ao estudo da pobreza em nível regional, verifica-se que as regiões que apresentam as maiores proporções de pobreza são as regiões Norte e Nordeste, onde se observam proporções de pobreza de aproximadamente 40% nas áreas urbanas e de mais de 65% nas áreas rurais. Ademais, destaca-se que em termos de pobreza monetária a região Nordeste é onde se observam os maiores índices de insuficiência de renda, já em termos de falta de acesso a recursos básicos e infraestrutura a região Norte se destaca por apresentar as maiores proporções de pobreza tipo II e III.

No que tange ao acesso aos quatro tipos de recursos básicos, identifica-se que o acesso à rede geral de distribuição de água e acesso ao serviço de coleta de lixo são os recursos que apresentam as menores proporções de acessibilidade, principalmente nas áreas rurais, onde se observa que a maior parte de sua população não possui acesso à tais recursos. Demonstra-se neste estudo que a disparidade entre áreas urbanas e rurais quanto ao acesso a recursos de infraestrutura adequada ainda é um dos grandes desafios a serem enfrentados no Brasil.

Outro ponto a ser mencionado diz respeito à distribuição de renda no Brasil, que apresenta elevados níveis de desigualdade na repartição do produto gerado. Onde se destaca o fato das categorias de pobreza tipo I e III apresentarem rendimentos médios domiciliares *per capita*s muito inferiores à linha de pobreza de meio salário mínimo, com rendimentos de apenas R\$ 266,66 e R\$ 175,48 respectivamente.

Por fim, a análise concernente à efetividade do Programa Bolsa Família demonstrou que embora o programa atenda a um grande número de pessoas, sua cobertura não tem atingido à população mais carente do país, onde se observa que apenas 12,40% do total de pobres do tipo I e 15,86% do total de pobres tipo III são beneficiados pelo programa Bolsa Família, em que ainda existe espaço para melhora da focalização do programa na forma mais agudizada de pobreza.

3.8 Referências

ALKIRE, S.; FOSTER, J. *Counting and multidimensional poverty measurement. Journal of Public Economics*, p. 476-487, 2011a.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. *Understandings and misunderstandings of multidimensional poverty measurement. Working Paper*, n. 43, Universidade de Oxford: **Human Development Initiative**, 2011b.

ANAND, S.; SEN, A. *Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective*. New York, **Human Development Papers**, United Nations Development Programme, p. 1-20, 1997.

BANCO MUNDIAL. *Effects of the business cycle on social indicators in Latin America and the Caribbean: when dreams meet reality*. **The World Bank**, p. 70, 2019.

BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza multidimensional no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2006. 40p. (Texto para Discussão, n. 1227).

BRADSHAW, J.; FINCH, N. *Overlaps in dimensions of poverty*. **Journal of Social Policy**, Cambridge University Press, v. 32 n. 4, p. 513-525, 2003.

DASGUPTA, P. *An inquiry into well-being and destitution*. New York: **Oxford University Press**, 1993.

FAHEL, M.; TELES, L.R.; CAMINHAS, D. A. Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 31, n° 92, p. 21, outubro/2016.

GONÇALVES, G. Q.; MENICUCCI, T. M. G.; Amaral, E. F. (2017). Diferencial educacional entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família. **Cadernos de pesquisa**, 47 (165), 770-795.

HELFAND, S.M.; ROCHA, R.; VINHAIS, H.E.F. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil rural: uma análise da queda recente. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.39, n.1, p. 59-80, abr. 2009.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda – Medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 275p. 1998a.

HOFFMANN, R. Pobreza e desnutrição de crianças no Brasil: diferenças regionais e entre áreas urbanas e rurais. **Economia Aplicada**, v. 2, n. 2, p. 299-315, abr./jun. 1998b.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. *In*: Desigualdade e Pobreza no Brasil, **IPEA**, Rio de Janeiro, 2000, p. 81–108.

HUMAN *development report 2016: human development for everyone*. New York: *United Nations Development Programme - UNDP*, 270 p. 2016.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, **IBGE**, 2017.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

POCHMANN, M. Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes, **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n° 104, 637-649, out.-dez. 2010a.

POCHMANN, M. Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: **Editora Fundação Perseu Abramo**, 2010b, 104 p. (Brasil em debate; v. 2).

RAVALLION, M. *Poverty: the past, present and future*, **World Economic Forum**, 2016.

RODRIGUES, C.T.; HELFAND, S.M.; LIMA, J.E. Novas linhas de pobreza para o Brasil: uma análise a partir das pesquisas de orçamento familiares (POF) 2002-2003 e 2008-2009. **Economia Aplicada**, v. 22, n. 1, 2018, pp. 5-36.

SEN, A. *Poor, relatively speaking*. **Oxford Economic Papers**, v. 35 n. 1, p.153-169, Mar. 1983.

SEN, A. *Inequality reexamined*. Oxford: **Oxford University Press**, 1992.

SEN, A. *The economics of life and death*. **Scientific American**, v. 268, n. 5, p. 40-47, 1993.

SERRA, A. S.; Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano. 2017, 161 p. Tese – Instituto de Economia, **Universidade Estadual de Campinas**, Campinas, SP.

4 CONCLUSÃO GERAL

Esta dissertação foi elaborada com o principal objetivo de analisar a dinâmica da pobreza no Brasil, tanto em termos de pobreza monetária, a principal forma de pobreza observada, principalmente em países como o Brasil onde se verificam elevadas taxas de desigualdade na distribuição do produto socialmente gerado, como em termos de acesso a recursos básicos de infraestrutura que contribuam para garantir um mínimo de bem estar e salubridade nos domicílios.

Perante tal desafio, optou-se por desenvolver esta dissertação no formato de dois artigos. O primeiro, analisa a pobreza no Brasil em termos unicamente de insuficiência de renda, fazendo uso de linhas de pobreza monetárias de $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* para linha de pobreza e de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita* para linha de extrema pobreza, se qualificando com uma análise unidimensional. O segundo, avalia a questão da pobreza no país a partir de uma abordagem multidimensional, combinando a ótica da insuficiência de renda com carências não monetárias, medidas através do acesso a quatro tipos de recursos básicos, disponibilizados predominantemente por mecanismos públicos.

Os resultados de ambos os artigos contribuem para demonstrar o elevado grau de pobreza presente no Brasil, onde cerca de um terço da população brasileira se encontra em situação de pobreza. Destaca-se o fato de que dentre o número de pobres, uma grande parcela se encontra em condições de extrema pobreza, com carências em relação a todos os atributos. Para esse grupo, onde a pobreza é mais agudizada, são recomendados fortes programas de amparo social, uma vez que como observado, o principal programa de transferência de renda vigente no país – Bolsa Família – não tem focalizado com efetividade essa parcela da população.

Neste sentido, os dois artigos enfocam em formas diferente de pobreza – monetária e alternativa multidimensional –, mas em linhas gerais os resultados convergem em demonstrar que a pobreza no Brasil é sobre representada nas áreas rurais, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, onde se observam as maiores proporções de pobreza. Destaca-se também, como visto nos resultados do segundo artigo, que embora elementos monetários sejam essenciais na mensuração do fenômeno, a adoção de medidas que explorem outras dimensões da pobreza, como acesso a infraestrutura adequada, são deveras relevantes, mas em muitos casos negligenciadas em termos de políticas públicas.

5 REFERÊNCIAS

DE JANVRY, A. *The agrarian question and reformism in Latin America*. **The Johns Hopkins University Press**, p. 303, 1981.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

SCHWARCZ, L.M. Sobre o autoritarismo brasileiro. **São Paulo: Companhia das Letras**, 1ª ed. 2019.

SILVA, A.C.; BANDEIRA, E.S.F.; LOPES, E.B. Pobreza no Brasil: aspectos conceituais e o processo de construção histórica. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2011.